

ÍNDICE

<i>Abreviaturas</i>	9
<i>Nota do Autor à 18ª edição</i>	31
<i>Nota do Autor à 17ª edição</i>	33

PRIMEIRA PARTE

FUNDAMENTOS E HISTÓRIA DO DIREITO PENAL

CAPÍTULO I | CONCEITO DE DIREITO PENAL

1. Considerações introdutórias	35
2. Conceito de Direito Penal	36
3. Caracteres do Direito Penal	37
4. Direito Penal objetivo e Direito Penal subjetivo	39
5. Direito Penal comum e Direito Penal especial	41
6. Direito Penal substantivo e Direito Penal adjetivo.....	41
7. Direito Penal num Estado Democrático de Direito.....	42

CAPÍTULO II | PRINCÍPIOS LIMITADORES DO PODER PUNITIVO ESTATAL

1. Considerações introdutórias	49
2. Princípio da legalidade e princípio da reserva legal	50
2.1. Princípio da legalidade e as leis vagas, indeterminadas ou imprecisas..	51
3. Princípio da intervenção mínima.....	53
3.1. Princípio da fragmentariedade	55
4. Princípio da irretroatividade da lei penal	56
5. Princípio da adequação social	57
6. Princípio da insignificância	60
7. Princípio da ofensividade	61
8. Princípio de culpabilidade.....	63
9. Princípio da proporcionalidade.....	65
10. Princípio de humanidade	69

CAPÍTULO III | HISTÓRIA DO DIREITO PENAL

1. Considerações introdutórias	72
2. Direito Penal Romano	74
3. Direito Penal Germânico.....	77
4. Direito Penal Canônico.....	78

5. Direito Penal comum	80
6. Período humanitário. Os reformadores.....	81
6.1. Cesare de Beccaria	82
6.2. John Howard.....	84
6.3. Jeremias Bentham	86
7. História do Direito Penal brasileiro	89
7.1. Período colonial.....	89
7.2. Código Criminal do Império.....	90
7.3. Período republicano.....	91
7.4. Reformas contemporâneas.....	91
7.5. Perspectivas para o futuro	93

CAPÍTULO IV | A EVOLUÇÃO EPISTEMOLÓGICA DO DIREITO PENAL: PRIMEIRA FASE

1. Considerações introdutórias	95
2. As correntes do pensamento positivista e sua repercussão na Ciência do Direito Penal.....	96
3. Escola Clássica.....	97
4. Escola Positiva	103
4.1. Cesare Lombroso (1835-1909)	104
4.2. Rafael Garofalo (1851-1934)	105
4.3. Enrico Ferri (1856-1929).....	106
5. <i>Terza scuola</i> italiana	107
6. Escola moderna alemã	108
7. Escola Técnico-Jurídica.....	110
8. Escola correccionalista	111
9. Defesa social.....	113
10. Crise do pensamento positivista	113

CAPÍTULO V | A EVOLUÇÃO EPISTEMOLÓGICA DO DIREITO PENAL: REFINAMENTO DA ELABORAÇÃO JURÍDICO-DOG MÁTICA

1. O modelo neokantista.....	115
2. O ontologismo do finalismo de Welzel.....	118
3. Pós-finalismo: o normativismo funcionalista.....	122
3.1. O sistema teleológico-funcional de Direito Penal formulado por Roxin	122
3.2. A radicalização da sistemática funcional na proposta de Jakobs ..	124
3.3. Considerações críticas.....	127

CAPÍTULO VI | TEORIAS SOBRE FUNÇÕES, FINS E JUSTIFICAÇÕES DA PENA

1. Generalidades	130
2. Teorias sobre a pena	132
3. Teorias absolutas ou retributivas da pena	133
3.1. Teoria de Kant	135
3.2. Teoria de Hegel.....	138
3.3. Outras teses retribucionistas da pena	139
3.4. Considerações críticas.....	141
4. Teorias relativas ou preventivas da pena	142
4.1. A prevenção geral	143
4.1.1. A prevenção geral negativa	143
4.1.2. A prevenção geral positiva	147
4.1.3. A prevenção geral positiva fundamentadora	149
4.2. A prevenção especial.....	152
5. A teoria mista ou unificadora da pena	155
5.1. A teoria unificadora dialética de Roxin	157
6. Modernas teorias de justificação da pena	159
6.1. A prevenção geral positiva limitadora.....	160

CAPÍTULO VII | SISTEMAS PENITENCIÁRIOS

1. Sistema pensilvânico ou celular.....	163
1.1. Origens históricas	163
1.2. Características e objetivos do sistema	164
2. Sistema auburniano	165
2.1. Origens históricas	165
2.2. Características e objetivos do sistema	166
2.3. Sistemas pensilvânico e auburniano: semelhanças e diferenças...	167
3. Sistemas progressivos.....	169
3.1. Sistema progressivo inglês ou <i>mark system</i>	169
3.2. Sistema progressivo irlandês	170
3.3. Sistema de Montesinos	172
4. Algumas causas da crise do sistema progressivo.....	172

CAPÍTULO VIII | A NORMA PENAL

1. Considerações preliminares	175
2. Técnica legislativa do Direito Penal: normas incriminadoras e não incriminadoras.....	178
3. Fontes do Direito Penal.....	180

4. Da interpretação das leis penais	186
4.1. As diversas modalidades de interpretação em matéria penal.....	188
4.1.1. Interpretação quanto às fontes: autêntica, jurisprudencial e doutrinária.....	188
4.1.2. Interpretação quanto aos meios: gramatical, histórica, lógica e sistemática.....	191
4.1.3. Interpretação quanto aos resultados: declarativa, extensiva e restritiva	195
5. A analogia e sua aplicação <i>in bonam partem</i>	196
5.1. Analogia e interpretação analógica: processo integrativo <i>versus</i> processo interpretativo	198
5.2. Analogia <i>in bonam partem</i>	199
6. Leis penais em branco.....	201
7. Funções e conteúdo da norma penal	203

CAPÍTULO IX | LEI PENAL NO TEMPO

1. Considerações introdutórias	205
2. Princípios da lei penal no tempo	206
2.1. Irretroatividade da lei penal.....	206
2.2. Retroatividade e ultratividade da lei mais benigna.....	207
3. Hipóteses de conflitos de leis penais no tempo.....	209
4. Lei intermediária e conjugação de leis.....	212
5. Leis excepcionais e temporárias	213
6. Retroatividade das leis penais em branco.....	215
7. Retroatividade e lei processual.....	217
8. Tempo do crime.....	219
8.1. Retroatividade da lei penal mais grave em crimes “continuado” ou “permanente”: Súmula 711 do STF.....	219

CAPÍTULO X | LEI PENAL NO ESPAÇO

1. Princípios dominantes.....	222
2. Conceito de território nacional	224
3. Lugar do crime	226
4. Extraterritorialidade	227
5. Lei penal em relação às pessoas	229
5.1. Imunidade diplomática	229
5.2. Imunidade parlamentar	230
5.3. Da imunidade parlamentar a partir da Emenda Constitucional n. 35/2001	232
5.4. A imunidade processual e prisional	233

6. Extradicação	234
6.1. Conceito e espécies de extradição	235
6.2. Princípios e condições da extradição.....	235
6.3. Requisitos para a concessão de extradição.....	237
6.4. Procedimento do processo de extradição	239
6.5. Limitações à extradição	240
7. Deportação e expulsão.....	241
8. O Tribunal Penal Internacional.....	242
8.1. Tribunal Penal Internacional, prisão perpétua e princípio de humanidade.....	246
9. Controle jurisdicional de convencionalidade das leis.....	248

CAPÍTULO XI | CONFLITO APARENTE DE NORMAS

1. Considerações gerais.....	254
2. Princípios regentes do conflito aparente de normas.....	254
2.1. Princípio da especialidade.....	255
2.2. Princípio da subsidiariedade	255
2.3. Princípio da consunção.....	256
3. Antefato e pós-fato impuníveis	258

SEGUNDA PARTE TEORIA GERAL DO DELITO

CAPÍTULO XII | A EVOLUÇÃO DA TEORIA GERAL DO DELITO

1. Considerações preliminares.....	261
2. O modelo positivista do século XIX.....	262
3. O modelo neokantista.....	264
4. O ontologismo do finalismo de Welzel.....	266
5. Pós-finalismo: os modelos funcionalistas	269

CAPÍTULO XIII | CONCEITO DE CRIME

1. Antecedentes da moderna teoria do delito	272
2. O conceito clássico de delito	273
3. O conceito neoclássico de delito	275
4. O conceito de delito no finalismo	276
5. O conceito analítico de crime.....	277
6. A definição legal de crime no Brasil	279
7. Classificação das infrações penais	279
7.1. Classificação tripartida e bipartida	279
7.2. Crimes doloso, culposo e preterdoloso	280
7.3. Crimes comissivo, omissivo e comissivo-omissivo.....	280

7.4. Crimes instantâneo e permanente	281
7.5. Crimes material, formal e de mera conduta	281
7.6. Crimes de dano e de perigo	282
7.7. Crimes unissubjetivo e plurissubjetivo	283
7.8. Crimes unissubsistente e plurissubsistente.....	283
7.9. Crimes comum, próprio e de mão própria	283
7.10. Crimes de ação única, de ação múltipla e de dupla subjetividade.	284

CAPÍTULO XIV | A CONDUTA PUNÍVEL

1. Considerações gerais.....	285
2. Teorias da ação.....	286
2.1. Teoria causal-naturalista da ação.....	286
2.2. Teoria final da ação	288
2.3. Teoria social da ação	291
2.3.1. Inconsistência das controvérsias entre as teorias final e so- cial do conceito de ação	293
2.4. Teoria da ação significativa.....	295
3. Ausência de ação e de omissão.....	298
4. Os sujeitos da ação	300
4.1. Os sujeitos ativo e passivo da ação	300
4.2. A pessoa jurídica como sujeito ativo do crime	302
4.2.1. Responsabilidade penal nos crimes contra o sistema finan- ceiro.....	306

CAPÍTULO XV | A OMISSÃO E SUAS FORMAS

1. Considerações gerais.....	308
2. Crimes omissivos próprios	309
3. Crimes omissivos impróprios ou comissivos por omissão	310
3.1. Pressupostos fundamentais do crime omissivo impróprio	311
4. Fontes originadoras da posição de garantidor.....	312
4.1. Obrigação legal de cuidado, proteção ou vigilância	312
4.2. De outra forma, assumir a responsabilidade de impedir o resultado	313
4.3. Com o comportamento anterior, cria o risco da ocorrência do resultado.....	314

CAPÍTULO XVI | RELAÇÃO DE CAUSALIDADE

1. Considerações gerais.....	316
2. Teoria da equivalência das condições ou <i>conditio sine qua non</i>	317
3. Limitações do alcance da teoria da <i>conditio sine qua non</i>	319
3.1. Localização do dolo e da culpa no tipo penal	319

3.2. Causas (concausas) absolutamente independentes.....	320
3.2.1. Causas relativamente independentes	320
3.3. Superveniência de causa relativamente independente que, por si só, produz o resultado	322
4. Outras teorias da causalidade	324
5. A relevância causal da omissão	326
6. A teoria da imputação objetiva e âmbito de aplicação	327
6.1. Considerações críticas.....	337

CAPÍTULO XVII | TIPO E TIPICIDADE

1. Fases da evolução da teoria do tipo	339
2. Tipo e tipicidade	344
2.1. Noção de tipo.....	344
2.2. Juízo de tipicidade	345
2.3. Tipicidade.....	346
2.4. Funções do tipo penal.....	346
3. Bem jurídico e conteúdo do injusto.....	348
4. Elementos estruturais do tipo.....	349

CAPÍTULO XVIII | TIPO DE INJUSTO DOLOSO

1. Tipo objetivo	352
1.1. O autor da ação.....	352
1.2. Ação ou omissão	353
1.3. Resultado	353
1.4. Nexo causal e imputação objetiva	354
2. Tipo subjetivo	355
2.1. Elemento subjetivo geral: dolo.....	355
2.1.1. Definição de dolo.....	355
2.1.2. Teorias do dolo	356
2.1.3. Elementos do dolo	358
2.1.4. Espécies de dolo: direto e eventual	360
2.2. Elemento subjetivo especial do tipo ou elemento subjetivo especial do injusto	363
2.2.1. Delitos de intenção.....	364
2.2.2. Delitos de tendência	365
2.2.3. Momentos especiais de ânimo.....	366
2.2.4. Especiais motivos de agir	367
3. Erro de tipo	368

4. Princípios da adequação social e da insignificância	368
4.1. Princípio da adequação social.....	368
4.2. Princípio da insignificância	369

CAPÍTULO XIX | TIPO DE INJUSTO CULPOSO

1. Definição do tipo de injusto culposo.....	371
2. Elementos do tipo de injusto culposo.....	374
2.1. Inobservância do cuidado objetivo devido e princípio da confiança.....	374
2.2. Produção de um resultado e nexos causal	376
2.3. Previsibilidade objetiva do resultado.....	377
2.4. Conexão interna entre desvalor da ação e desvalor do resultado..	378
3. Modalidades de culpa	379
4. Espécies de culpa	381
4.1. Culpa consciente ou com representação.....	382
4.2. Culpa inconsciente ou sem representação	383
4.3. Culpa imprópria ou culpa por assimilação	383
5. Distinção entre dolo eventual e culpa consciente.....	385
6. Concorrência e compensação de culpas	386
7. Crime preterdoloso e crime qualificado pelo resultado	387

CAPÍTULO XX | A ANTIJURIDICIDADE

1. Considerações gerais. Antecedentes da antijuridicidade	388
2. Terminologia: antijuridicidade e injusto. Antinormatividade e antijuridicidade. Ilicitude e antijuridicidade.....	390
3. Antijuridicidade formal e antijuridicidade material.....	391
3.1. Concepção unitária de antijuridicidade.....	393
4. Antijuridicidade genérica e antijuridicidade específica	394
4.1. Antijuridicidade penal e antijuridicidade extrapenal: ilicitude única e independência de instâncias	396
5. Desvalor da ação e desvalor do resultado	399

CAPÍTULO XXI | CAUSAS DE JUSTIFICAÇÃO

1. Excludentes de antijuridicidade ou causas de justificação	402
2. Elementos objetivos e subjetivos das causas de justificação.....	404
3. Consentimento do ofendido como causa suprallegal de justificação.....	405
4. Excesso nas causas de justificação.....	408
5. Estado de necessidade	409

5.1.	Estado de necessidade “justificante” e estado de necessidade “exculpante”	411
5.1.1.	Estado de necessidade e colisão de deveres	414
5.2.	Requisitos do estado de necessidade	416
5.2.1.	Existência de perigo atual e inevitável	417
5.2.2.	Direito (bem jurídico) próprio ou alheio	418
5.2.3.	Não provocação voluntária do perigo	419
5.2.4.	Inevitabilidade do perigo por outro meio	420
5.2.5.	Inexigibilidade de sacrifício do bem ameaçado	420
5.2.6.	Elemento subjetivo: finalidade de salvar o bem do perigo ..	421
5.2.7.	Ausência de dever legal de enfrentar o perigo	421
5.3.	Causa de diminuição de pena (minorante)	422
6.	Legítima defesa	422
6.1.	Considerações gerais	422
6.2.	Fundamento e natureza jurídica	423
6.3.	Conceito e requisitos	424
6.3.1.	Agressão injusta, atual ou iminente	424
6.3.2.	Direito (bem jurídico) próprio ou alheio	426
6.3.3.	Meios necessários, usados moderadamente (proporcionalidade)	427
6.3.4.	Elemento subjetivo: <i>animus defendendi</i>	428
6.4.	Legítima defesa sucessiva e recíproca	429
6.5.	Legítima defesa e estado de necessidade	429
7.	Outras excludentes de criminalidade	430
7.1.	Estrito cumprimento de dever legal	430
7.2.	Exercício regular de direito	432
7.3.	<i>Offendiculas</i>	433
7.4.	O excesso nas causas de justificação à luz da Reforma Penal de 1984	434

CAPÍTULO XXII | A CULPABILIDADE

1.	Considerações introdutórias	436
2.	Culpabilidade como predicado do crime	438
3.	Antecedentes das modernas teorias da culpabilidade	441
4.	Teoria psicológica da culpabilidade	441
4.1.	Crítica à teoria psicológica	443
5.	Precursos da teoria psicológico-normativa da culpabilidade	444
6.	Teoria psicológico-normativa da culpabilidade	446
6.1.	Crítica à teoria psicológico-normativa	447

CAPÍTULO XXIII | TEORIA NORMATIVA PURA DA CULPABILIDADE: SIGNIFICADO, CRISE E EVOLUÇÃO

1. Considerações genéricas.....	449
2. Definição e fundamento da culpabilidade normativa pura	451
3. Elementos da culpabilidade normativa pura	456
3.1. Imputabilidade	456
3.2. Possibilidade de conhecimento da ilicitude do fato	457
3.3. Exigibilidade de obediência ao Direito.....	458
4. A importância da teoria finalista da ação para a teoria normativa pura da culpabilidade	459
5. Os problemas do livre-arbítrio na fundamentação da reprovação de culpabilidade	460
6. Crise da teoria normativa pura da culpabilidade.....	464
7. O conceito funcional de culpabilidade	465
7.1. Culpabilidade e prevenção na visão de Roxin.....	466
7.2. Culpabilidade e prevenção na visão de Jakobs.....	468
8. A teoria da motivabilidade pelas normas	469

CAPÍTULO XXIV | EXCLUDENTES DE CULPABILIDADE

1. Inimputabilidade e culpabilidade diminuída	473
1.1. Imputabilidade e sistemas adotados.....	473
1.2. Inimputabilidade	474
1.2.1. Responsabilidade do menor pela prática de ato infracional (ECA).....	476
1.2.2. Menoridade	476
1.2.3. Doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado	479
1.3. Culpabilidade diminuída	481
1.4. Consequências jurídico-penais	482
2. Coação moral irresistível e obediência hierárquica.....	483
2.1. Coação moral irresistível	483
2.2. Obediência hierárquica	486
2.2.1. Tratamento da obediência hierárquica no Código Penal Militar	488
3. A emoção e a paixão.....	489
4. A embriaguez e substâncias de efeitos análogos	491
4.1. Generalidades e <i>actio libera in causa</i>	491
4.2. Formas ou modalidades de embriaguez	495
4.2.1. Embriaguez não acidental: intencional ou culposa	495
4.2.2. Embriaguez acidental: caso fortuito ou força maior	496
4.2.3. Embriaguez preordenada	497

4.2.4. Embriaguez habitual e patológica	498
5. Erro de proibição.....	499
6. Caso fortuito e força maior.....	499

CAPÍTULO XXV | ERRO DE TIPO E ERRO DE PROIBIÇÃO

1. Considerações introdutórias	501
2. Ausência de conhecimento da ilicitude e ignorância da lei	502
3. Teorias do dolo e da culpabilidade.....	505
4. Teoria dos elementos negativos do tipo.....	510
5. Erro de tipo e erro de proibição	511
5.1. Erro sobre elementos normativos especiais da ilicitude	514
6. Erro sobre pressuposto objetivo da causa de justificação	516
6.1. Um erro <i>sui generis</i> : considerações críticas	519
6.2. “Erro culposo” não se confunde com “crime culposo”	520
7. Modalidades de erro sobre a ilicitude	522
7.1. Erro de proibição direto	523
7.2. Erro mandamental.....	523
7.3. Erro de proibição indireto	524
8. A discutível escusabilidade de determinados erros	525

CAPÍTULO XXVI | CRIME CONSUMADO E CRIME TENTADO

1. Crime consumado.....	528
2. Tentativa.....	529
3. <i>Iter criminis</i>	530
4. Distinção entre atos preparatórios e atos executórios	532
5. Natureza e tipicidade da tentativa.....	533
6. Elementos da tentativa	534
7. Espécies ou formas de tentativas	535
8. Punibilidade da tentativa	536
9. Infrações que não admitem tentativa	537
10. Desistência voluntária.....	539
11. Arrependimento eficaz	540
12. Natureza jurídica da desistência voluntária e do arrependimento eficaz	540
13. Crime impossível ou tentativa inidônea	542
13.1. Punibilidade do crime impossível.....	542
14. Crime putativo.....	543
15. Flagrante provocado	543

CAPÍTULO XXVII | CONCURSO DE PESSOAS

1. Introdução	546
2. Teorias sobre o concurso de pessoas	547
3. Causalidade física e psíquica	550
4. Requisitos do concurso de pessoas.....	552
5. Autoria	553
5.1. Conceito extensivo de autor	554
5.2. Conceito restritivo de autor	555
5.3. Teoria do domínio do fato	557
6. Autoria mediata	559
7. Coautoria	560
8. Participação em sentido estrito	561
8.1. Espécies de participação	562
8.2. Fundamento da punibilidade da participação	564
8.3. Princípio da acessoriedade da participação	565
9. Concurso em crime culposos	567
10. Concurso em crimes omissivos.....	568
11. Autoria colateral.....	569
12. Multidão delinquente.....	570
13. Participação impunível.....	571
14. Punibilidade do concurso de pessoas.....	571
14.1. Participação de menor importância	572
14.2. Cooperação dolosamente distinta	572
15. Comunicabilidade das circunstâncias, condições e elementares.....	574

TERCEIRA PARTE**CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DO DELITO****CAPÍTULO XXVIII | HISTÓRIA E EVOLUÇÃO DA PENA DE PRISÃO**

1. Considerações introdutórias	577
2. A Antiguidade.....	578
3. A Idade Média	579
4. A Idade Moderna.....	582
5. Causas que levaram à transformação da prisão-custódia em prisão-pena.....	585
6. Início e fim de um mito.....	592
7. Análise político-criminal da reincidência	597
8. O objetivo ressocializador na visão da Criminologia Crítica	600

8.1. Algumas sugestões de Alessandro Baratta para combater a delinquência	601
9. O objetivo ressocializador “mínimo”	607
CAPÍTULO XXIX PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE	
1. Considerações gerais.....	610
2. Reclusão e detenção.....	612
3. Regimes penais	614
3.1. Regras do regime fechado.....	614
3.2. Regras do regime semiaberto	615
3.3. Regras do regime aberto	616
3.4. Regras do regime disciplinar diferenciado.....	616
4. Regime inicial	617
4.1. Regime inicial nos crimes hediondos.....	620
5. Prisão domiciliar.....	620
6. Progressão e regressão	622
6.1. Progressão	622
6.1.1. A progressão nos crimes hediondos.....	623
6.1.2. A progressão nos crimes hediondos a partir da Lei n. 9.455/97	624
6.1.3. Progressão de regime antes do trânsito em julgado de decisão condenatória (Súmula 716)	628
6.2. Regressão	628
6.3. Requisitos da progressão	629
7. Exame criminológico	631
7.1. Exame criminológico e exame de personalidade	633
7.2. Obrigatoriedade do exame criminológico	633
8. Detração penal.....	635
9. Trabalho prisional	637
10. Remição pelo trabalho e pelo estudo	637
10.1. Remição pelo trabalho em regime aberto: possibilidade segundo os princípios da isonomia e da analogia	640
10.2. Prática de falta grave pode revogar a remição de até 1/3 (um terço) da pena remida	642
11. Regime disciplinar diferenciado	644
11.1. Considerações preliminares	644
11.2. A previsão legal do regime disciplinar diferenciado	646
CAPÍTULO XXX PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS	
1. Considerações gerais.....	651
2. Antecedentes das penas alternativas.....	652
3. Cominação e aplicação das penas alternativas	656
4. Requisitos ou pressupostos necessários à substituição.....	659

4.1.	Novos aspectos nos critérios orientadores da substituição	663
4.1.1.	Substituição nos crimes culposos.....	663
4.1.2.	Substituição nas penas de até um ano de prisão	664
4.1.3.	Substituição nas penas de até seis meses de prisão.....	665
5.	Espécies de penas restritivas.....	665
5.1.	Prestação pecuniária	665
5.1.1.	Definição e destinatários da “prestação pecuniária”	665
5.1.2.	Injustificada limitação da “compensação”: condenação em ação reparatória	666
5.1.3.	Possibilidade de estender a “compensação” às conciliações cíveis	667
5.1.4.	Sanção penal fixada em salários mínimos: duvidosa constitucionalidade	667
5.2.	Perda de bens e valores	668
5.2.1.	Distinção entre “confisco-pena” e “confisco-efeito da condenação”	668
5.2.2.	Limites do confisco	669
5.3.	Prestação de outra natureza (inominada).....	669
5.3.1.	Natureza consensual dessa “conversão”	670
5.3.2.	“Conversão” somente da “prestação pecuniária”: seu fundamento.....	670
5.4.	Limitação de fim de semana	670
5.5.	Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.....	674
5.6.	Interdição temporária de direitos.....	678
6.	Penas restritivas como incidente de execução.....	685
7.	Conversão das penas restritivas de direitos	687
7.1.	Novos aspectos relativos à conversão	687
7.1.1.	Coercibilidade da conversão	687
7.1.2.	Limite temporal da conversão e detração penal.....	687
7.1.3.	Ressalva: <i>quantum</i> mínimo de conversão.....	688
7.1.4.	Exclusão das penas pecuniárias da “convertibilidade” à pena de prisão.....	688
7.2.	Causas gerais de conversão.....	689
7.3.	Causas especiais de conversão	693
8.	Consentimento do condenado.....	695
9.	Crimes hediondos e a Lei n. 9.714/98	696
10.	Conflito político-criminal entre as Leis n. 9.714/98 e 9.099/95.....	699
10.1.	Lesão corporal leve dolosa, ameaça e constrangimento ilegal	700

11. Limites das novas penas alternativas e a suspensão condicional do processo	701
11.1. Divergência quanto aos requisitos de admissibilidade	702
12. Novas penas alternativas e prisão processual: incompatibilidade	704

CAPÍTULO XXXI | APLICAÇÃO SUBSTITUTIVA DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS NAS LEIS N. 9.503/97 E 9.605/98

1. Considerações gerais	706
2. Aplicação <i>substitutiva</i> ou <i>alternativa</i> das penas “restritivas de direitos” no Código de Trânsito Brasileiro (Lei n. 9.503/97)	706
2.1. Aplicação dos postulados da Lei n. 9.099/95 nas infrações penais definidas no Código de Trânsito Brasileiro (Lei n. 9.503/97)	708
2.1.1. Crimes relacionados no parágrafo único do art. 291 do CTB	709
2.1.2. Natureza da ação penal dos crimes relacionados no parágrafo único do art. 291 do CTB.....	713
3. Aplicação <i>substitutiva</i> ou <i>alternativa</i> das penas “restritivas de direitos” nas infrações definidas na Lei Ambiental (Lei n. 9.605/98)	719
3.1. Aplicação dos postulados da Lei n. 9.099/95 nas infrações penais definidas na Lei Ambiental (Lei n. 9.605/98)	719
3.1.1. A transação penal na nova Lei Ambiental	720
3.1.2. Prévia composição ou prévia reparação do dano.....	720
3.1.3. Comprovada impossibilidade de composição do dano	722
3.1.4. A suspensão condicional do processo.....	723
3.1.5. Limites constitucionais da transação penal.....	724

CAPÍTULO XXXII | OUTRAS PENAS ALTERNATIVAS

1. Síntese dos fundamentos da Exposição de Motivos relativos aos aspectos vetados	726
2. Razões dos vetos presidenciais	727
3. Recolhimento domiciliar	728
3.1. Prisão domiciliar disciplinada na Lei de Execução Penal.....	729
4. Advertência, frequência a curso e submissão a tratamento	731
4.1. A pena de “advertência”	731
4.2. Pena de “frequência a curso”	736
4.3. Pena de “submissão a tratamento”	736
5. Advertência e comparecimento a programa ou curso educativo (Lei n. 11.343/2006)	739
5.1. Natureza jurídica das sanções cominadas à infração cometida pelo usuário de drogas.....	742

- 5.2. Conteúdo da advertência sobre os efeitos das drogas e da medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo .. 743

CAPÍTULO XXXIII | PENAS PECUNIÁRIAS

1. Considerações gerais..... 746
2. Origens das penas pecuniárias 747
3. Conceito e tipos de penas pecuniárias 748
4. Origem do sistema dias-multa..... 751
5. O Direito Penal positivo brasileiro..... 752
- 5.1. Cominação e aplicação da pena de multa 752
- 5.2. O sistema dias-multa 753
- 5.3. Limites da pena de multa 753
- 5.4. Dosimetria da pena de multa 755
- 5.5. Multa substitutiva 756
6. Aplicação na legislação extravagante 756
7. Fase executória da pena pecuniária..... 757
- 7.1. Pagamento da multa 757
- 7.2. Formas de pagamento da multa 759
- 7.3. Conversão da multa na versão da Reforma Penal de 1984..... 760
8. A competência para a execução da pena de multa à luz da Lei n. 9.268/96 761
9. A inevitável prescrição durante a execução 764

CAPÍTULO XXXIV | APLICAÇÃO DA PENA

1. Individualização da pena 766
2. Circunstâncias e elementares do crime 767
3. Circunstâncias judiciais..... 768
- 3.1. Circunstâncias judiciais nos denominados “crimes societários”. 773
4. Circunstâncias legais: atenuantes e agravantes genéricas..... 775
- 4.1. Circunstâncias preponderantes no concurso de agravantes e atenuantes 776
5. Causas de aumento e de diminuição da pena 777
6. Dosimetria da pena 778
- 6.1. Pena-base: circunstâncias judiciais..... 778
- 6.2. Pena provisória: agravantes e atenuantes..... 780
- 6.2.1. Pena aquém do mínimo: uma garantia constitucional 780
- 6.3. Pena definitiva..... 783

CAPÍTULO XXXV | CONCURSO DE CRIMES

1. Introdução 786

2. Sistemas de aplicação da pena.....	786
3. Espécies de concurso de crimes	787
3.1. Concurso material	787
3.2. Concurso formal.....	787
3.3. Crime continuado.....	788
3.3.1. Origem histórica	788
3.3.2. Definição do crime continuado	788
3.3.3. Natureza jurídica do crime continuado	788
3.3.4. Teorias do crime continuado.....	790
3.3.5. Requisitos do crime continuado	791
3.3.6. Crime continuado específico	792
4. Dosimetria da pena no concurso de crimes	793
5. Erro na execução — <i>aberratio ictus</i>	794
5.1. Qualidades da vítima	795
6. Resultado diverso do pretendido.....	795
7. Limite de cumprimento da pena de prisão	796

CAPÍTULO XXXVI | SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA

1. Origem e desenvolvimento do instituto.....	797
2. Conceito e denominação do instituto.....	798
3. Natureza jurídica	800
4. A suspensão condicional no Direito positivo brasileiro	802
4.1. Requisitos ou pressupostos necessários.....	804
4.2. Espécies de suspensão condicional	808
4.2.1. Condições do <i>sursis</i>	809
4.3. O período de prova	810
4.3.1. Causas de revogação obrigatória.....	811
4.3.2. Causas de revogação facultativa.....	812
4.4. Prorrogação do período de prova	814
5. Extinção da pena privativa de liberdade	815

CAPÍTULO XXXVII | LIVRAMENTO CONDICIONAL

1. Origem e desenvolvimento do livramento condicional.....	816
2. Conceito e caracteres da liberdade condicional	818
3. Natureza jurídica da liberdade condicional.....	819
4. A liberdade condicional no Direito brasileiro.....	820
5. Requisitos ou pressupostos necessários.....	821
5.1. Requisitos ou pressupostos objetivos	821

5.2. Requisitos ou pressupostos subjetivos.....	824
5.3. Requisito específico	827
6. Condições do livramento condicional	830
6.1. Condições de imposição obrigatória	830
6.2. Condições de imposição facultativa	832
7. Causas de revogação do livramento condicional	834
7.1. Causas de revogação obrigatória	834
7.2. Causas de revogação facultativa	836
8. Suspensão do livramento condicional	837
9. Efeitos de nova condenação	838
10. Prorrogação do livramento e extinção da pena	840

CAPÍTULO XXXVIII | EFEITOS DA CONDENAÇÃO E REABILITAÇÃO

1. Efeitos gerais.....	841
2. Efeitos extrapenais.....	841
2.1. Efeitos genéricos	841
2.2. Efeitos específicos	844
2.3. Perda de cargo ou função pública, por condenação criminal a pena inferior a um ano	847
3. Reabilitação.....	848
3.1. Pressupostos e requisitos necessários	849
3.2. Efeitos da reabilitação	850
3.3. Revogação da reabilitação	852
3.4. Competência e recurso.....	852

CAPÍTULO XXXIX | MEDIDAS DE SEGURANÇA

1. Considerações introdutórias	853
2. Diferenças entre pena e medida de segurança.....	854
3. Princípio da legalidade.....	854
4. Pressupostos ou requisitos para aplicação da medida de segurança.....	854
5. Espécies de medidas de segurança	855
6. Tipos de estabelecimentos	856
7. Prescrição e extinção da punibilidade	857
8. Prazo de duração da medida de segurança: limites mínimo e máximo...	858
9. Execução, suspensão e extinção da medida de segurança.....	860
10. Substituição da pena por medida de segurança	860
11. Verificação da cessação de periculosidade.....	862

CAPÍTULO XL | A AÇÃO PENAL

1. Considerações introdutórias	864
2. Espécies de ação penal	865
2.1. Ação penal pública	865
2.2. Ação penal privada	866
3. Representação criminal e requisição do Ministro da Justiça.....	868
3.1. Irretratabilidade da representação	868
4. Decadência do direito de queixa e de representação.....	869
4.1. Renúncia ao direito de queixa	870
4.2. A renúncia nos Juizados Especiais Criminais	872
5. Perdão do ofendido.....	873
5.1. Divisão, extensão e aceitação do perdão.....	873
5.2. Limites temporais do perdão e da renúncia.....	874

CAPÍTULO XLI | DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

1. Considerações gerais.....	875
2. Causas extintivas da punibilidade	876
2.1. Morte do agente	876
2.2. Anistia, graça e indulto.....	876
2.3. <i>Abolitio criminis</i>	877
2.4. Prescrição, decadência e perempção.....	877
2.5. Renúncia e perdão	878
2.6. Retratação do agente	878
2.7. Casamento do agente com a vítima.....	879
2.8. Casamento da vítima com terceiro.....	880
2.9. Perdão judicial.....	880

CAPÍTULO XLII | PRESCRIÇÃO

1. Considerações introdutórias	882
2. Fundamentos políticos da prescrição	883
3. Espécies de prescrição	885
3.1. Prescrição da pretensão punitiva.....	886
3.1.1. Prescrição da pretensão punitiva abstrata	886
3.1.2. Prescrição da pretensão punitiva retroativa.....	887
3.1.3. Supressão de parcela da prescrição retroativa: inconstitucionalidade manifesta	889
3.1.3.1. Supressão de parcela do lapso prescricional e violação do princípio da proporcionalidade	893

3.1.3.2. Violação da garantia constitucional da duração razoável do processo.....	898
3.1.4. Prescrição da pretensão punitiva intercorrente ou subsequente	903
3.2. Prescrição da pretensão executória	904
4. Termo inicial da prescrição	905
5. Causas modificadoras do curso prescricional.....	909
5.1. Suspensão do prazo prescricional	909
5.1.1. Novas causas suspensivas da prescrição	910
5.1.2. Suspensão da prescrição nos termos do art. 366 do CPP: correção da Súmula 415 do STJ	912
5.2. Interrupção do prazo prescricional	914
5.2.1. Recebimento da denúncia ou da queixa (I).....	914
5.2.2. Pronúncia (II).....	915
5.2.3. Decisão confirmatória da pronúncia (III)	915
5.2.4. Publicação da sentença ou acórdão condenatório recoráveis (IV)	915
5.2.5. Início ou continuação do cumprimento da pena (V).....	918
5.2.6. Reincidência (VI)	918
5.3. Recebimento da denúncia: causas de rejeição e absolvição sumária	919
5.4. Recebimento da denúncia: contraditório antecipado e reflexos na prescrição	921
5.5. Causas redutoras do prazo prescricional.....	922
6. Prescrição da pena de multa.....	922
<i>Bibliografia</i>	925

TRATADO
DE
DIREITO
PENAL

Cezar
Roberto
Bitencourt

Volume 2

PARTE ESPECIAL
(Arts. 121 a 154-B)
*Crimes contra
a pessoa*

19ª edição

revista, ampliada e atualizada

De acordo com a Lei n. 13.771, de 19-12-2018

2019

saraiva  jur

ISBN 978-85-53603-11-4 volume 2

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902**SAC**

0800-0117875

De 2ª a 6ª, das 8h às 18h

www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção executiva Flávia Alves Bravin
Direção editorial Renata Pascual Müller
Gerência editorial Roberto Navarro

Consultoria acadêmica Munilo Angeli Dias dos Santos

Edição Eveline Gonçalves Denardi (coord.)
 Deborah Caetano de Freitas Viadana

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
 Luciana Cordeiro Shirakawa
 Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
 Claudirene de Moura Santos Silva
 Fernanda Matajs
 Guilherme H. M. Salvador
 Tiago Dela Rosa
 Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos Clarissa Boraschi Maria (coord.)
 Juliana Bojczuk Fermino
 Kelli Priscila Pinto
 Mariana Cordeiro
 Fernando Penteadó
 Mônica Gonçalves Dias
 Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos Fernando Alves**Diagramação e revisão** Designios Editoriais**Capa** IDÉE arte e comunicação

Produção gráfica Mari Rampim
 Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento BMF Gráfica e Editora

Bitencourt, Cezar Roberto

Tratado de direito penal : parte especial 2 : crimes contra
a pessoa / Cezar Roberto Bitencourt. – 19. ed. – São Paulo :
Saraiva Educação, 2019.

1. Direito penal 2. Direito penal - Brasil I. Título.

18-1111

CDU 343(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito Penal 343(81)

Data de fechamento da edição: 20-12-2018Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direitoNenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por
qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora
Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido
na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605190 CAE 630666

 ÍNDICE

<i>Publicações do autor</i>	5
<i>Abreviaturas</i>	7
<i>Nota do autor à 3ª edição</i>	27

CAPÍTULO I | CRIMES CONTRA A PESSOA E RESPONSABILIDADE PENAL

1. Considerações introdutórias	29
2. Princípio da reserva legal e Estado Democrático de Direito	30
3. Responsabilidade penal da pessoa jurídica.....	32
3.1 Antecedentes históricos.....	33
3.1.1 O Direito Romano.....	33
3.1.2 Os glosadores.....	34
3.1.3 Os canonistas.....	35
3.1.4 Os pós-glosadores.....	36
3.2 Incompatibilidades dogmáticas da responsabilidade penal da pessoa jurídica	37
3.2.1 Função do Direito Penal.....	38
3.2.2 A (in)capacidade de ação da pessoa jurídica.....	38
3.2.3 A (in)capacidade de culpabilidade das pessoas jurídicas.....	41
3.3 Criminalidade moderna e Direito Administrativo sancionador	43
3.4 Responsabilidade penal da pessoa jurídica à luz da Constituição Federal.....	45

CAPÍTULO II | HOMICÍDIO

1. Considerações preliminares.....	54
2. Bem jurídico tutelado.....	55
3. Sujeitos ativo e passivo	56
3.1 Sujeito passivo especial	57
4. Tipo objetivo: adequação típica	60
4.1 Materialidade do homicídio: crime que deixa vestígios.....	61
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	65
6. Consumação e tentativa.....	69
6.1 Circunstâncias alheias à vontade do agente	73
7. Tentativa branca: homicídio e perigo para a vida ou saúde de outrem	73

8. Classificação doutrinária	74
9. Figuras típicas do homicídio	75
10. Homicídio simples	76
10.1 Homicídio simples e crime hediondo: atividade típica de grupo de extermínio	76
11. Homicídio privilegiado	77
11.1 Impelido por motivo de relevante valor social.....	78
11.2 Impelido por motivo de relevante valor moral	78
11.3 Sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima	79
11.4 Homicídio privilegiado: obrigatoriedade da redução de pena	83
11.5 Concurso com qualificadoras subjetivas: homicídio privilegiado/ qualificado.....	84
12. Homicídio qualificado	85
12.1 Motivos qualificadores	86
12.2 Meios qualificadores.....	88
12.3 Modos qualificadores	92
12.4 Fins qualificadores.....	94
13. Homicídio discriminatório por razões de gênero.....	95
13.1 Impropriedade terminológica: “femicídio”	96
13.2 Matar alguém: feminicídio ou homicídio	97
13.3 Elementos qualificadores do feminicídio.....	98
13.3.1 Violência doméstica e familiar	99
13.3.2 Menosprezo ou discriminação da mulher.....	99
13.4 Sujeitos ativo e passivo	100
13.4.1 Sujeito ativo	100
13.4.2 Sujeito passivo	100
13.5 Majorantes ou causas especiais de aumentos	103
13.5.1 Durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto	103
13.5.2 Contra pessoa menor de 14 (catorze) anos e maior de 60 (sessenta), com deficiência ou portadora de doenças degenerativas que acarretem condição limitante ou de vulnerabilidade física ou mental.....	104
13.5.3 Na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima	105
13.5.4 Em descumprimento das medidas protetivas de urgência previstas nos incisos I, II e II do <i>caput</i> do art. 22 da Lei n. 11.340, de agosto de 2006	106
14. Homicídio cometido contra integrantes de órgãos da segurança pública e seus familiares	106
14.1 Sujeito ativo do homicídio qualificado.....	107

14.2	Sujeitos passivos do crime.....	107
14.2.1	Extensão da qualificadora para outros agentes	109
14.2.1.1	Guardas municipais.....	109
14.2.1.2	Agentes de segurança viária.....	109
14.2.1.3	Servidores aposentados: regra geral, não integram .	109
14.2.2	Familiares das autoridades, agentes e integrantes dos órgãos de segurança pública	110
14.2.3	Parentes por afinidade não estão abrangidos.....	110
14.3	No exercício da função ou em decorrência dela	110
14.4	Filho adotivo — parentesco civil.....	111
15.	Homicídio culposo.....	113
15.1	Estrutura típica do crime culposo	116
15.2	Relação de causalidade no homicídio culposo	119
15.3	Culpa imprópria e erro culposo	119
15.4	Dolo eventual e culpa consciente	120
15.5	Concorrência e compensação de culpas	121
15.6	Crime preterdoloso e crime qualificado pelo resultado	122
15.6.1	Inadmissibilidade de tentativa no homicídio preterintencional .	123
15.7	Concurso de pessoas em homicídio culposo.....	124
15.8	Homicídio culposo no trânsito	125
15.8.1	Capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou substância psicoativa	126
15.8.2	Desvalor da ação e desvalor do resultado nos crimes culposos de trânsito.....	128
16.	A multa reparatória no Código de Trânsito Brasileiro	131
17.	Majorantes do crime de homicídio.....	134
17.1	Majorante para o homicídio culposo (§ 4º, 1ª parte)	135
17.1.1	Natureza da omissão de socorro no homicídio culposo: omissão própria ou omissão imprópria	137
17.2	Homicídio doloso contra menor de 14 anos ou maior de 60 anos (§ 4º, 2ª parte)	139
17.3	Homicídio doloso praticado por milícia privada.....	140
18.	Isenção de pena ou perdão judicial: natureza jurídica	141
19.	Homicídio e <i>aberratio ictus</i>	142
20.	Inexigibilidade de outra conduta: coação irresistível e obediência hierárquica	144
21.	Crime impossível ou tentativa inidônea	148
22.	Pena e ação penal.....	149
CAPÍTULO III HOMICÍDIO CULPOSO NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR		
1.	Considerações preliminares.....	152
2.	Bem jurídico tutelado.....	153

3. Desvalor da ação e desvalor do resultado nos crimes culposos de trânsito	155
4. Sujeitos ativo e passivo	160
5. Tipo objetivo: adequação típica	161
5.1 Estrutura típica do crime culposo	163
6. Tipo subjetivo: adequação típica.....	166
6.1 Dolo eventual e culpa consciente	168
6.2 Concorrência e compensação de culpas	171
7. Homicídio culposo de trânsito qualificado.....	171
7.1 Se o agente conduz veículo automotor sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência ...	173
7.2 Semelhanças e dessemelhanças das locuções “sob influência de bebida alcoólica” e com capacidade psicomotora alterada pela influência de álcool.....	174
8. Concurso de pessoas em homicídio culposo.....	175
9. Majorantes do crime de homicídio culposo na direção de veículo automotor	177
9.1 Ausência de permissão para dirigir ou de carteira de habilitação	177
9.2 Homicídio culposo praticado em faixa de pedestres ou na calçada .	178
9.3 Omissão de socorro à vítima do acidente	179
9.4 Homicídio culposo praticado por motorista profissional na direção de veículo de transporte de passageiros.....	181
10. Conflito de normas mais que aparente: § 2º do art. 302 e art. 308, § 2º..	181
11. Consumação e tentativa	183
12. Classificação doutrinária	183
13. Aplicabilidade do perdão judicial.....	183
14. (In)suficiência da substituição da pena de prisão no homicídio culposo de trânsito	185
14.1 <i>Modus operandi</i> : sem violência ou grave ameaça à pessoa (art. 44, I, CP) — desvalor da ação e do resultado	189
14.2 Desvalor da ação e desvalor do resultado como objetos de valoração do injusto culpável.....	189
14.3 Valoração (negativa) das circunstâncias do crime: omissão da sentença	193
15. Penas e ação penal	196

CAPÍTULO IV | INDUZIMENTO, INSTIGAÇÃO OU AUXÍLIO A SUICÍDIO

1. Considerações preliminares.....	197
2. Bem jurídico tutelado.....	198
3. Natureza jurídica da morte e das lesões corporais de natureza grave	200
4. Sujeitos ativo e passivo	202
5. Tipo objetivo: adequação típica	203
5.1 Prestação de auxílio mediante omissão	205
6. Tipo subjetivo.....	206
7. Consumação e tentativa.....	207

8. Classificação doutrinária	211
9. Causas de aumento de pena	211
10. Questões especiais.....	213
11. Pena e ação penal.....	216

CAPÍTULO V | INFANTICÍDIO

1. Considerações preliminares.....	217
2. Bem jurídico tutelado.....	218
3. Sujeitos ativo e passivo	218
4. O estado puerperal como elementar normativa.....	219
5. Elemento normativo temporal	221
6. Tipo objetivo: adequação típica	222
7. Tipo subjetivo: adequação típica.....	223
8. Consumação e tentativa.....	225
9. Concurso de pessoas no <i>delictum exceptum</i>	226
10. Classificação doutrinária	230
11. Pena e ação penal.....	230

CAPÍTULO VI | ABORTO

1. Considerações preliminares.....	232
2. Bem jurídico tutelado.....	233
3. Sujeitos ativo e passivo	233
4. Tipo objetivo: adequação típica	234
5. Espécies de aborto criminoso	235
5.1 Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento	235
5.1.1 Aborto “consentido” e teoria monística da ação.....	236
5.2 Aborto provocado sem consentimento da gestante	237
5.3 Aborto provocado com consentimento da gestante.....	238
6. Tipo subjetivo: adequação típica.....	238
7. Consumação e tentativa.....	239
8. Classificação doutrinária	240
9. Figuras majoradas de aborto.....	240
10. Excludentes especiais da ilicitude: aborto necessário e aborto humanitário	241
10.1 Aborto necessário ou terapêutico.....	242
10.2 Aborto humanitário ou ético	243
10.3 Aborto necessário ou humanitário praticados por enfermeira.....	244
10.4 Aborto anencefálico: respeito à dignidade humana da gestante.....	245
10.4.1 Inexigibilidade de conduta diversa: ausência de fundamento para censura social.....	253
11. Ação penal e sanção penal	257

CAPÍTULO VII | LESÃO CORPORAL

1. Considerações preliminares.....	260
2. Bem jurídico tutelado.....	260
3. Sujeitos ativo e passivo	261
4. Autolesão: impunível	261
5. Tipo objetivo: adequação típica	262
6. Lesão corporal leve e princípio da insignificância	263
7. Tipo subjetivo: adequação típica.....	264
8. Consumação e tentativa	265
9. Classificação doutrinária	266
10. Lesão corporal leve ou simples.....	266
11. Lesão corporal preterdolosa: previsão legal	266
12. Lesão corporal grave.....	268
12.1 Incapacidade para as ocupações habituais, por mais de 30 dias	268
12.1.1 Exame complementar: validade.....	269
12.2 Perigo de vida	269
12.3 Debilidade permanente de membro, sentido ou função.....	270
12.4 Aceleração de parto	271
13. Lesão corporal gravíssima.....	271
13.1 Incapacidade permanente para o trabalho	272
13.2 Enfermidade incurável	272
13.3 Perda ou inutilização de membro, sentido ou função.....	273
13.4 Deformidade permanente	274
13.5 Aborto.....	275
14. Lesão corporal seguida de morte.....	275
15. Lesões majoradas.....	276
15.1 Lesão corporal praticada por milícia privada.....	276
15.2 Lesão corporal dolosa contra policiais e familiares	277
16. Figuras privilegiadas	278
16.1 Lesões corporais privilegiadas: obrigatoriedade da redução de pena	281
17. Lesão corporal culposa	281
18. Isenção de pena ou perdão judicial	282
19. Violência doméstica ou lesões corporais domésticas.....	283
19.1 Considerações preliminares	283
19.2 Violência doméstica: adequação típica.....	284
19.3 Violência e lesão corporal: distinção	288
19.4 Natureza da ação penal no crime de “violência doméstica”.....	289
19.5 Descumprimento de medidas protetivas de urgência	290
19.5.1 Bem jurídico tutelado.....	290

19.5.2 Sujeitos do crime.....	290
19.5.3 Tipo objetivo: adequação típica	291
19.5.4 Tipo subjetivo: adequação típica	291
20. Pena e ação penal.....	291

CAPÍTULO VIII | LESÃO CORPORAL CULPOSA NO TRÂNSITO

1. Considerações preliminares.....	293
2. Bem jurídico tutelado.....	294
3. Sujeitos ativo e passivo	295
4. Tipo objetivo: adequação típica	295
5. Elementos estruturais da lesão corporal culposa	298
6. Causas especiais de aumento de pena na lesão corporal culposa	298
6.1. Ausência de permissão para dirigir ou de carteira de habilitação	299
6.2. Lesão corporal culposa praticada em faixa de pedestres ou na calçada.....	300
6.3. Omissão de socorro à vítima do acidente.....	300
6.4. Lesão corporal culposa praticada por motorista profissional na direção de veículo de transporte de passageiros	302
7. Lesão corporal culposa qualificada	302
7.1. Capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa	304
7.2. Que do crime resulte lesão corporal de natureza grave ou gravíssima	307
7.2.1. Incapacidade para as ocupações habituais, por mais de 30 dias	307
7.2.2. Perigo de vida	308
7.2.3. Debilidade permanente de membro, sentido ou função	309
7.2.4. Aceleração de parto	309
7.3. Lesão corporal gravíssima	310
7.3.1. Incapacidade permanente para o trabalho.....	310
7.3.2. Enfermidade incurável	311
7.3.3. Perda ou inutilização de membro, sentido ou função	312
7.3.4. Deformidade permanente.....	313
7.3.5. Aborto	313
8. Tipo subjetivo: adequação típica da lesão qualificada culposa	314
9. Consumação e tentativa	315
10. Classificação doutrinária	315
11. Aplicabilidade do perdão judicial.....	316
12. Pena e natureza da ação penal	316

CAPÍTULO IX | PERIGO DE CONTÁGIO VENÉREO

1. Considerações preliminares.....	317
2. Bem jurídico tutelado.....	318

3. Sujeitos ativo e passivo	319
4. Tipo objetivo: adequação típica	320
4.1 Tipo penal aberto e norma penal em branco	321
5. Tipo subjetivo: adequação típica	322
5.1 Elementos normativos: “sabe” ou “deve saber”	323
5.1.1 Postulados fundamentais das teorias do dolo e da culpabilidade	323
5.1.2 Sentido e função das elementares “sabe” e “deve saber” na definição do crime de perigo de contágio venéreo	325
5.2 Espécies de dolo: direto e eventual	327
5.2.1 Dolo direto e eventual — “sabe” que está contaminado	328
5.2.2 Dolo eventual — “deve saber” que está contaminado	329
5.2.3 Qualificadora e elemento subjetivo especial do tipo	330
6. Consumação e tentativa	331
7. Crime impossível	331
8. Classificação doutrinária	332
9. Formas qualificadas	332
10. Concurso de crimes e princípio da subsidiariedade	332
11. Pena e ação penal	334

CAPÍTULO X | PERIGO DE CONTÁGIO DE MOLÉSTIA GRAVE

1. Considerações preliminares	335
2. Bem jurídico tutelado	336
3. Sujeitos ativo e passivo	336
4. Tipo objetivo: adequação típica	336
5. Tipo subjetivo: adequação típica	338
5.1 Dolo direto — elemento subjetivo geral	339
5.2 Elemento subjetivo especial do tipo e dolo eventual	339
5.2.1 Elemento subjetivo especial do tipo ou elemento subjetivo especial do injusto	340
5.2.2 Delitos de intenção	341
6. Consumação e tentativa	342
7. Crime impossível	342
8. Erro de tipo e erro de proibição	342
9. Classificação doutrinária	344
10. Questões especiais	344
11. Pena e ação penal	345

CAPÍTULO XI | PERIGO PARA A VIDA OU SAÚDE DE OUTREM

1. Considerações preliminares	346
2. Bem jurídico tutelado	348

3. Sujeitos ativo e passivo	348
4. Tipo objetivo: adequação típica	349
4.1 Subsidiariedade típica	351
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	351
6. Exclusão do crime.....	352
7. Consumação e tentativa	352
8. Classificação doutrinária	353
9. Forma culposa	353
10. Figura majorada: transporte de pessoas para a prestação de serviços.....	354
11. Perigo para a vida ou saúde de outrem e porte ilegal de arma (Lei n. 10.826/2003).....	354
11.1 Perigo para a vida ou saúde de outrem, disparo de arma de fogo e conflito aparente de normas	356
12. Pena e ação penal.....	360

CAPÍTULO XII | ABANDONO DE INCAPAZ

1. Considerações preliminares.....	361
2. Bem jurídico tutelado.....	362
3. Sujeitos ativo e passivo	364
4. Tipo objetivo: adequação típica	366
4.1 Abandono de incapaz e crimes omissivos impróprios: uma visão crítica	368
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	370
6. Consumação e tentativa	371
7. Classificação doutrinária	371
8. Formas qualificadas	372
8.1 Majoração de pena	372
8.2 Causa de aumento assegurada pelo Estatuto do Idoso: maior de 60 anos.....	373
9. Forma culposa	373
10. Pena e ação penal.....	374

CAPÍTULO XIII | EXPOSIÇÃO OU ABANDONO DE RECÉM-NASCIDO

1. Considerações preliminares.....	375
2. Bem jurídico tutelado.....	377
3. Sujeitos ativo e passivo	377
4. Tipo objetivo: adequação típica	380
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	382
6. Consumação e tentativa.....	382
7. Classificação doutrinária	383
8. Formas qualificadas	383

9. Forma culposa	384
10. Pena e ação penal.....	384

CAPÍTULO XIV | OMISSÃO DE SOCORRO

1. Considerações preliminares.....	385
2. Bem jurídico tutelado.....	386
3. Sujeitos ativo e passivo	388
4. Crimes omissivos próprios.....	389
5. Tipo objetivo: adequação típica	390
5.1 Elementares típicas: possibilidade e ausência de risco pessoal	391
6. Tipo subjetivo: adequação típica.....	393
7. Concurso de pessoas nos crimes omissivos.....	393
8. Consumação e tentativa	395
9. Classificação doutrinária	395
10. Figuras majoradas.....	396
10.1 Figuras majoradas: relação de causalidade.....	396
11. Pena e ação penal.....	396

CAPÍTULO XV | CONDICIONAMENTO DE ATENDIMENTO MÉDICO- -HOSPITALAR EMERGENCIAL

1. Considerações preliminares.....	398
2. Bem jurídico tutelado.....	399
3. Sujeitos ativo e passivo	400
4. Tipo objetivo: adequação típica	400
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	402
6. Classificação doutrinária	402
7. Consumação e tentativa	402
8. Pena e ação penal.....	403

CAPÍTULO XVI | MAUS-TRATOS

1. Considerações preliminares.....	404
2. Bem jurídico tutelado.....	405
3. Sujeitos ativo e passivo	406
4. Elementar especial: relação subordinativa entre sujeitos ativo e passivo...	406
5. Tipo objetivo: adequação típica	407
6. Tipo subjetivo: adequação típica.....	409
7. Consumação e tentativa	410
8. Classificação doutrinária	410
9. Formas qualificadas	410
9.1 Figura majorada	411
10. Pena e ação penal.....	411

CAPÍTULO XVII | RIXA

1. Considerações preliminares.....	412
2. Bem jurídico tutelado.....	413
3. Sujeitos ativo e passivo	414
4. Participantes da rixa	414
5. Tipo objetivo: adequação típica	416
6. Tipo subjetivo: adequação típica.....	416
7. Consumação e tentativa	417
8. Rixa e legítima defesa	417
9. Classificação doutrinária	418
10. Figuras qualificadas	418
11. Pena e ação penal.....	419

CAPÍTULO XVIII | CALÚNIA

1. Considerações preliminares.....	421
2. Bem jurídico tutelado.....	421
2.1 Consentimento do ofendido como excludente de tipicidade.....	422
3. Sujeitos ativo e passivo	423
3.1 Crimes contra a honra e a pessoa jurídica como sujeito passivo.....	425
4. Tipo objetivo: adequação típica	426
4.1 Imputar, falsamente, fato definido como crime	427
4.2 Propalação da calúnia.....	428
5. Elemento normativo do tipo: falsamente.....	429
6. Calúnia contra os mortos.....	430
7. Tipo subjetivo: adequação típica.....	430
8. Semelhanças e dessemelhanças entre calúnia, difamação e injúria	431
9. Consumação e tentativa.....	433
10. Classificação doutrinária	433
11. Exceção da verdade	433
11.1 Exceção da verdade e foro privilegiado: competência	435
12. Calúnia e imputação verdadeira de fato definido como crime: ausência da elementar “falsamente”.....	437
13. Calúnia e denúncia caluniosa: distinção	440
14. Crime de calúnia e exercício da advocacia: incompatibilidade	441
15. Pena e ação penal.....	442

CAPÍTULO XIX | DIFAMAÇÃO

1. Considerações preliminares.....	443
2. Bem jurídico tutelado.....	443
3. Sujeitos ativo e passivo	444

4. Tipo objetivo: adequação típica	445
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	447
6. Consumação e tentativa	447
7. Classificação doutrinária	448
8. Figuras majoradas.....	448
9. Exceção da verdade	448
9.1 Exceção da notoriedade.....	450
10. Pena e ação penal.....	451

CAPÍTULO XX | INJÚRIA

1. Considerações preliminares.....	452
2. Bem jurídico tutelado.....	453
3. Sujeitos ativo e passivo	454
4. Tipo objetivo: adequação típica	455
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	456
6. Consumação e tentativa	457
7. Classificação doutrinária	458
8. Exceção da verdade: inadmissibilidade	458
9. Perdão judicial: direito público subjetivo	459
9.1 Provocação reprovável e retorsão imediata.....	459
9.1.1 Quando o ofendido, de forma reprovável, provoca diretamente a injúria	460
9.1.2 No caso de retorsão imediata, que consista em outra injúria	461
9.2 Compensação de injúrias	462
10. Injúria real contra injúria real, legítima defesa e provocação	462
11. Injúria real (qualificada)	463
11.1 Injúria real: a elementar “violência” e lesões corporais — distinção	466
11.2 Injúria real e por preconceito; desvalor da ação e desvalor do resultado	467
12. Injúria preconceituosa (qualificada)	468
12.1 Elemento subjetivo especial da injúria preconceituosa	470
12.2 Pena e ação penal da injúria por preconceito	470
13. Concurso de crimes e absorção	471
14. O necessário cotejamento entre os crimes de injúria majorada e desacato	472
15. Pena e ação penal.....	474

CAPÍTULO XXI | DISPOSIÇÕES COMUNS AOS CRIMES CONTRA A HONRA

1. Considerações preliminares.....	477
2. Formas majoradas dos crimes contra a honra	477
2.1 Contra o presidente da República ou contra chefe de governo estrangeiro.....	478
2.2 Contra funcionário público, em razão de suas funções	479

2.3	Na presença de várias pessoas, ou por meio que facilite a divulgação da calúnia, da difamação ou da injúria	480
2.4	Contra pessoa maior de 60 anos ou portadora de deficiência	481
2.5	Mediante paga ou promessa de recompensa	481
3.	Causas especiais de exclusão de crimes	482
3.1	Natureza jurídica das excludentes especiais	482
3.2	Excludentes especiais e elemento subjetivo.....	483
3.3	Espécies de excludentes especiais	484
3.3.1	Ofensa irrogada em juízo (I) — imunidade judiciária.....	485
3.3.1.1	Limites subjetivos da imunidade judiciária	485
3.3.2	Inviolabilidade profissional: em juízo ou fora dele	487
3.3.2.1	No exercício da atividade: em juízo ou fora dele	489
3.3.3	Crítica literária, artística ou científica (II)	489
3.3.4	Conceito desfavorável emitido por funcionário público (III)	490
4.	Retratação	491
4.1	Efeitos da retratação.....	493
4.2	Forma, conteúdo e momento processual da retratação	493
4.3	Retratação nos crimes de ação pública condicionada: possibilidade	494
5.	Pedido de explicações em juízo: interpelação judicial.....	495
5.1	Competência para julgamento das explicações.....	496
6.	Ação penal nos crimes contra a honra	497
6.1	Espécies de ação penal.....	497
6.1.1	Ação penal pública.....	497
6.1.2	Ação penal privada	498
6.2	Ação penal nos crimes de calúnia, difamação e injúria.....	500

CAPÍTULO XXII | CONSTRANGIMENTO ILEGAL

1.	Considerações preliminares.....	501
2.	Bem jurídico tutelado.....	502
3.	Sujeitos ativo e passivo	502
4.	Tipo objetivo: adequação típica	503
4.1	Formas ou meios de execução.....	505
4.2	Crime de constrangimento ilegal e crime de tortura	508
5.	Tipo subjetivo: adequação típica.....	509
6.	Consumação e tentativa.....	509
7.	Concurso com crimes praticados com violência	510
8.	Classificação doutrinária	511
9.	Formas majoradas (§1º).....	511
10.	Natureza subsidiária	513
11.	Exclusão de tipicidade	514
12.	Pena e ação penal.....	515

CAPÍTULO XXIII | AMEAÇA

1. Considerações preliminares.....	516
2. Bem jurídico tutelado.....	517
3. Sujeitos ativo e passivo	517
4. Tipo objetivo: adequação típica	518
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	521
6. Consumação e tentativa.....	522
7. Classificação doutrinária	522
8. Natureza subsidiária	523
9. Pena e ação penal.....	523

CAPÍTULO XXIV | SEQUESTRO E CÁRCERE PRIVADO

1. Considerações preliminares.....	524
2. Bem jurídico tutelado.....	525
3. Sujeitos ativo e passivo	526
4. Tipo objetivo: adequação típica	526
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	528
6. Consumação e tentativa.....	528
7. Classificação doutrinária	529
8. Formas qualificadas	529
8.1 Se a vítima é ascendente, descendente, cônjuge ou companheiro do agente ou maior de sessenta anos (§ 1º, I).....	530
8.2 Se o crime é praticado mediante internação da vítima em casa de saúde ou hospital (§ 1º, II).....	531
8.3 Se a privação da liberdade dura mais de quinze dias (§ 1º, III).....	531
8.4 Se o crime é praticado contra vítima menor de dezoito anos (§ 1º, IV)	532
8.5 Se o sequestro ou cárcere privado é praticado com finalidade libidinoso (§ 1º, V).....	532
8.6 Se resulta à vítima, em razão de maus-tratos ou da natureza da detenção, grave sofrimento físico ou moral (§ 2º).....	532
9. Concurso entre os crimes de sequestro e de roubo	533
10. Pena e ação penal.....	534

CAPÍTULO XXV | REDUÇÃO A CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO

1. Considerações preliminares.....	535
2. Bem jurídico tutelado.....	536
3. Sujeitos ativo e passivo	538
4. Tipo objetivo: adequação típica	538
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	540
6. Consumação e tentativa.....	540
7. Classificação doutrinária	541

8. Redução a condição análoga à de escravo e crimes afins.....	541
9. Pena e ação penal.....	542
10. As alterações procedidas pela Lei n. 10.803/2003	542
10.1 Considerações preliminares	542
10.2 As inovações conferidas pelo novo diploma legal	544
10.2.1 Figuras assimiladas de redução a condição análoga à de escravo	545
10.3 Causas especiais de aumento: as “neomajorantes”.....	546
10.4 As novas sanções penais: pena de multa, além da correspondente à violência	546

CAPÍTULO XXVI | TRÁFICO DE PESSOAS

1. Considerações preliminares.....	549
2. Bens jurídicos tutelados	551
2.1 Bem jurídico tutelado no crime de redução a condição análoga à de escravo	552
2.2 Bens jurídicos tutelados no crime de tráfico de pessoas para fins sexuais	552
3. Sujeitos ativo e passivo	553
4. Tipo objetivo: adequação típica	554
4.1 Elementares normativas da constituição típica.....	555
4.1.1 Mediante grave ameaça.....	555
4.1.2 Mediante violência	556
4.1.3 Mediante coação	556
4.1.4 Mediante fraude ou abuso	557
4.2 Elementares subjetivas do tipo penal — finalidades específicas.....	558
4.2.1 Remover-lhe órgãos, tecidos ou partes do corpo	558
4.2.2 Submetê-la a trabalho em condições análogas à de escravo ou a qualquer tipo de servidão	559
4.2.3 Adoção ilegal	560
4.2.4 Exploração sexual.....	562
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	563
6. Consumação e tentativa	565
7. Classificação doutrinária	565
8. Sanção penal, majorantes, minorante e ação penal	566

CAPÍTULO XXVII | VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO

1. Considerações preliminares.....	569
2. Bem jurídico tutelado.....	569
2.1 Definição jurídico-penal de “domicílio”	571
2.2 Definição jurídico-penal de “casa”	572

3. Sujeitos ativo e passivo	574
4. Tipo objetivo: adequação típica	575
4.1 Formas de entrada ou permanência: francas, astuciosas ou clandestinas	576
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	577
6. Consumação e tentativa	577
7. Classificação doutrinária	578
8. Formas qualificadas: tipos derivados	578
9. Formas majoradas: causas de aumento	581
10. Invasão de domicílio e conflito aparente de normas: subsidiariedade	584
11. Causas de exclusão da antijuridicidade	587
11.1 Excludentes especiais	587
11.2 “Novas” excludentes constitucionais.....	591
11.3 Excludentes gerais	591
12. Pena e ação penal.....	592

CAPÍTULO XXVIII | VIOLAÇÃO DE CORRESPONDÊNCIA

1. Considerações preliminares.....	594
2. Bem jurídico tutelado.....	594
3. Sujeitos ativo e passivo	595
4. Tipo objetivo: adequação típica	596
4.1 Violação de correspondência	596
4.1.1 Elemento normativo do tipo: “indevidamente”. Inconstitucionalidade das “exceções legais”	597
4.2 Apossamento de correspondência	598
4.3 Violação de comunicação telegráfica, radioelétrica ou telefônica	600
4.4 Intercepção de comunicação telefônica	601
4.5 Impedimento de comunicação ou conversaço.....	601
4.6 Instalação ou utilização ilegal de estação ou aparelho radioelétrico	602
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	602
6. Consumação e tentativa.....	603
7. Classificação doutrinária	603
8. (I)legitimidade da devassa de correspondência pelo cônjuge do destinatário	604
9. Formas majoradas e qualificadas	604
10. Subsidiariedade.....	605
11. Exclusão de ilicitude	605
12. Pena e ação penal.....	605

CAPÍTULO XXIX | CORRESPONDÊNCIA COMERCIAL

1. Considerações preliminares.....	607
2. Bem jurídico tutelado.....	607

3. Sujeitos ativo e passivo	608
4. Tipo objetivo: adequação típica	609
5. Tipo subjetivo: adequação típica	609
6. Consumação e tentativa	610
7. Classificação doutrinária	610
8. Pena e ação penal.....	610

CAPÍTULO XXX | DIVULGAÇÃO DE SEGREDO

1. Considerações preliminares.....	612
2. Bem jurídico tutelado.....	613
3. Sujeitos ativo e passivo	613
4. Tipo objetivo: adequação típica	615
4.1 Definição de documento particular ou correspondência confidencial	615
4.2 Elemento normativo do tipo: sem justa causa	617
4.3 Natureza do segredo tutelado: tipo aberto.....	618
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	618
6. Consumação e tentativa	619
7. Classificação doutrinária	619
8. Nova figura penal acrescentada pela Lei n. 9.983/2000	619
9. Pena e ação penal.....	621

CAPÍTULO XXXI | VIOLAÇÃO DO SEGREDO PROFISSIONAL

1. Considerações preliminares.....	622
2. Bem jurídico tutelado.....	622
3. Sujeitos ativo e passivo	623
4. Tipo objetivo: adequação típica	624
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	625
6. Consumação e tentativa	625
7. Elemento normativo da descrição típica: sem justa causa.....	626
8. Classificação doutrinária	627
9. Pena e ação penal.....	627

CAPÍTULO XXXII | INVASÃO DE DISPOSITIVO INFORMÁTICO

1. Considerações preliminares.....	629
2. Bem jurídico tutelado.....	630
3. Sujeitos ativo e passivo	630
4. Tipo objetivo: adequação típica	631
4.1 Mediante violação indevida de mecanismo de segurança	632
4.2 Definição de documento particular	634
4.3 Com o fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização expressa ou tácita do titular do dispositivo	636

4.4 Com o fim de instalar vulnerabilidades para obter vantagem ilícita	637
5. Figuras equiparadas: produção, oferta, distribuição, venda ou difusão de dispositivo ou programa de computador.....	637
5.1 Com o intuito de permitir a prática da conduta definida no <i>caput</i> ..	638
5.2 Majorante aplicável somente às figuras descritas no <i>caput</i> e no § 1º: ocorrência de prejuízo econômico (§ 2º)	639
6. Figuras qualificadas: violação de comunicações eletrônicas privadas, segredo e informações sigilosas	639
6.1 Obtenção de conteúdo de comunicações eletrônicas privadas.....	639
6.2 Obtenção de segredos comerciais ou industriais	640
6.3 Obtenção de informações sigilosas, assim definidas em lei.....	641
6.4 Obtenção de controle remoto não autorizado do dispositivo invadido	641
7. Majorantes aplicáveis à figura qualificada constante do § 3º	642
7.1 Se houver divulgação	642
7.2 Se houver comercialização	643
7.3 Se houver transmissão a terceiros	643
8. Tipo subjetivo: adequação típica.....	644
9. Consumação e tentativa.....	644
10. Classificação doutrinária	645
11. Pena e ação penal.....	645
<i>Bibliografia</i>	647

TRATADO
DE
DIREITO
PENAL

Cezar
Roberto
Bitencourt

Volume 3

PARTE ESPECIAL

(Arts. 155 a 212)

*Crimes contra
o patrimônio até
crimes contra o
sentimento religioso
e contra o respeito
aos mortos*

19ª edição

revista e atualizada

2023

saraiva  jur

**saraiva**
EDUCAÇÃO**saraiva** 1984Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100**SAC**

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Fátima Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos Fernando Penteado
Gerência editorial Thais Cassoli Reato César

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza
 Dalila Costa de Oliveira

Edição Jeferson Costa da Silva (coord.)
 Iris Ferrão

Design e produção Daniele Debora de Souza (coord.)
 Laudemir Marinho dos Santos
 Camilla Felix Cianelli Chaves
 Claudirene de Moura Santos Silva
 Deborah Mattos
 Lais Soriano
 Tiago Dela Rosa

Planejamento e projetos Cintia Aparecida dos Santos
 Daniela Maria Chaves Carvalho
 Emily Larissa Ferreira da Silva
 Kelli Priscila Pinto

Diagramação Rafael Canclo Padovan
Revisão Carmem Becker
Capa IDÉE arte e comunicação
Produção gráfica Mari Rampim

Impressão e acabamento Sergio Luiz Pereira Lopes
 BMF Gráfica e Editora

ISBN 978-85-536-0767-9 obra completa

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-4/0410

8624t Bitencourt, Cezar Roberto
 Tratado de Direito Penal – Parte Especial:
 Crimes contra o patrimônio até crimes contra o
 sentimento religioso e contra o respeito aos mortos
 – (arts. 155 a 212) / Cezar Roberto Bitencourt. –
 19. ed. – São Paulo: SaraivaJur, 2023. (v. 3)
 560 p.
 ISBN: 978-85-5362-719-2 (Impresso)
 1. Direito. 2. Direito Penal. I. Título.
 CDD 345
 2022-3407 CDU 343

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito Penal 345
 2. Direito Penal 343

960687

Data de fechamento da edição: 5-11-2022Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por
 qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva
 Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido
 na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA 15879 CL 608209 CAE 818263

 ÍNDICE

<i>Publicações do Autor</i>	V
<i>Abreviaturas</i>	VII
<i>Nota do Autor à 16ª Edição</i>	XXXI
<i>Nota do Autor à 1ª Edição</i>	XXXIII

CAPÍTULO I | FURTO

1. Considerações preliminares.....	3
2. Bem jurídico tutelado.....	4
2.1 A natureza do dano inserto em outras figuras típicas.....	5
2.2 Não podem ser objeto de furto.....	5
3. Sujeitos ativo e passivo	6
4. Tipo objetivo: adequação típica	7
4.1 Elemento normativo: coisa “alheia”	8
4.2 Proprietário que subtrai coisa da qual não tem a posse: atipicidade....	9
4.3 Lesão patrimonial: bem economicamente apreciável.....	11
4.4 Coisa perdida, abandonada e coisa comum	13
5. Natureza e efeito do consentimento da vítima no crime de furto	14
6. Tipo subjetivo: adequação típica.....	14
7. Consumação e tentativa	15
7.1 Consumação.....	15
7.2 Tentativa	16
8. Classificação doutrinária	18
9. Furto durante o repouso noturno.....	18
10. Furto de pequeno valor.....	20
10.1 Aplicabilidade da privilegiadora no furto qualificado	22
10.2 Pequeno valor e pequeno prejuízo: distinção	23
11. Furto qualificado: tipo derivado	23
11.1 Com destruição ou rompimento de obstáculo (I)	24
11.2 Com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza (II)..	28
11.3 Com emprego de chave falsa (III).....	32
11.4 Mediante concurso de duas ou mais pessoas (IV)	33
11.5 Subtração de semovente domesticável de produção	34

11.5.1	Considerações preliminares.....	34
11.5.2	Objeto material desta qualificadora	37
11.5.3	Subtração de semovente domesticável de produção.....	38
11.5.4	A sanção cominada — qualificadoras simultâneas	39
11.6	Alterações na tipificação dos crimes de furto e de roubo introduzidas pela Lei n. 13.654/2018	43
11.6.1	Duas novas qualificadoras: meio de execução e objeto da subtração	43
11.6.2	Emprego de explosivo ou artefato análogo	43
11.6.2.1	Elementar típico-normativa: meio que cause perigo comum	44
11.6.2.2	Coexistência de duas qualificadoras no crime de furto.....	44
11.6.3	Substâncias explosivas ou acessórios como objeto da subtração (§ 7º).....	44
11.6.4	Furto qualificado (art. 155 do CP) <i>versus</i> crime de explosão (art. 251 do CP)	45
11.6.5	A tipificação do crime de roubo recebeu várias modificações da Lei n. 13.654/2018	45
11.6.5.1	A revogação do inciso I do § 2º do art. 157.....	46
11.6.5.2	Acréscimo trazido pelo inciso VI ao § 2º do art. 157 — subtração de substâncias explosivas ou de acessórios	47
11.6.5.3	A inclusão do § 2º-A ao art. 157 do CP prevê duas causas especiais de aumento de pena	47
11.6.5.4	Se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma de fogo	47
11.6.5.5	Destruição ou rompimento de obstáculo mediante o emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum	48
11.6.6	A Lei n. 13.654/2018 alterou a redação do § 3º do art. 157 do CP	49
12.	Furto mediante dispositivo eletrônico ou informático	49
12.1.	Furto mediante fraude cibernética	49
12.2.	Com utilização de programa malicioso.....	51
12.3.	Por qualquer outro meio fraudulento análogo.....	52
12.4.	Novas causas especiais de aumento (majorantes) de pena no furto cibernético.....	53
13.	<i>Concursus delinquentium</i> e concurso de duas ou mais pessoas	56
13.1	Coautoria e participação em sentido estrito.....	59

13.2 Causalidade física e psíquica: elemento objetivo-subjetivo.....	61
13.3 Participação impunível: impede a configuração da qualificadora.....	62
13.4 Autoria colateral: atipicidade da qualificadora do concurso de pessoas	62
14. Autoria mediata: impossibilidade da qualificadora de concurso de pessoas	63
15. Punibilidade do concurso de pessoas e da qualificadora similar	64
16. Comunicabilidade ou incomunicabilidade da qualificadora	68
17. Punibilidade desproporcional da qualificadora do concurso de pessoas	69
18. Furto de veículo automotor: qualificadora especial.....	75
18.1 Furto de uso: intenção de restituir	76
19. Furto de energia: equiparação a coisa móvel.....	78
19.1 Furto de energia e furto de sinal de TV paga	80
20. Erro jurídico-penal no crime de furto: erro de tipo e de proibição	82
21. Pena e ação penal.....	83

CAPÍTULO II | FURTO DE COISA COMUM

1. Considerações preliminares.....	84
2. Bem jurídico tutelado.....	84
3. Sujeitos do crime.....	85
3.1 Sujeito ativo.....	85
3.2 Sujeito passivo.....	85
4. Tipo objetivo: adequação típica	85
4.1 Sócio que furta da própria sociedade.....	86
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	87
6. Consumação e tentativa.....	87
6.1 Consumação de furto de coisa comum	87
6.2 Tentativa de furto de coisa comum	88
7. Classificação doutrinária	88
8. Causa especial de exclusão da antijuridicidade	88
9. Pena e ação penal.....	89

CAPÍTULO III | ROUBO

1. Considerações preliminares.....	91
2. Bem jurídico tutelado.....	92
3. Sujeitos do crime.....	93
3.1 Sujeito ativo.....	93
3.2 Sujeito passivo.....	93
4. Tipo objetivo: adequação típica	93
5. <i>Modus operandi</i> : ante violência ou grave ameaça ou qualquer outro meio..	94
5.1 Violência física (vis corporalis)	95

5.2	Grave ameaça (vis compulsiva).....	95
5.2.1	Idoneidade da grave ameaça	96
5.2.2	Simulação de arma e arma de brinquedo.....	96
5.3	Qualquer outro meio de redução da resistência	97
5.4	Violência ou grave ameaça para fugir sem a coisa.....	98
6.	Espécies de roubo: próprio e impróprio	99
6.1	Roubo próprio.....	99
6.2	Roubo impróprio.....	100
6.3	Roubo próprio e impróprio: distinção	102
7.	Objeto material do crime de roubo	102
8.	Tipo subjetivo: adequação típica	103
9.	Roubo majorado (“qualificado”, § 2º)	103
9.1	Se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma (I)....	104
9.1.1	O emprego de arma de brinquedo e a Súmula 174 do STJ ...	105
9.1.2	O emprego de arma branca	106
9.2	Se há concurso de duas ou mais pessoas (II)	107
9.3	Em serviço de transporte de valores e o agente conhece essa circunstância (III).....	107
9.4	Roubo de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior (IV)	108
9.5	Roubo de veículo automotor com sequestro da vítima (V).....	109
9.6	Elevação da pena mínima no roubo qualificado	110
10.	Eventual presença de duas causas de aumento	110
11.	A tipificação do crime de roubo recebeu várias modificações da Lei n. 13.654/2018	112
11.1	A revogação do inciso I do § 2º do art. 157.....	112
11.2	Acréscimo trazido pelo inciso VI ao § 2º do art. 157 — subtração de substâncias explosivas ou de acessórios.....	114
11.3	A inclusão do § 2º-A ao art. 157 do CP prevê duas causas especiais de aumento de pena	114
11.3.1	Se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma de fogo	114
11.3.2	Destruição ou rompimento de obstáculo mediante o emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum.....	115
11.4	Emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido duplica a pena do <i>caput</i>	116
11.5	A Lei n. 13.654/2018 alterou a redação do § 3º do art. 157 do Código Penal	117
12.	Consumação e tentativa	117

12.1	Consumação do crime de roubo	117
12.2	Tentativa do crime de roubo	118
13.	Classificação doutrinária	119
14.	Roubo qualificado pelo resultado: lesão grave ou morte.....	119
14.1	Pela lesão corporal grave (inciso I).....	121
14.2	Pelo resultado morte (inciso II): latrocínio	121
14.2.1	Resultado morte decorrente de grave ameaça: não tipifica latrocínio.....	122
14.3	Morte de comparsa: inoocorrência de latrocínio.....	123
15.	Tentativa de latrocínio: pluralidade de alternativas	123
16.	Latrocínio com pluralidade de vítimas	125
17.	Concurso do crime de roubo com o de quadrilha	125
18.	Pena e ação penal.....	126
18.1	Inconstitucionalidade da proibição de progressão de regime nos crimes hediondos	126

CAPÍTULO IV | EXTORSÃO

1.	Considerações preliminares.....	129
2.	Bem jurídico tutelado.....	130
3.	Sujeitos ativo e passivo	131
4.	Tipo objetivo: adequação típica	131
4.1	A extorsão mediante grave ameaça e o crime de ameaça do art. 147.....	132
4.2	Obtenção de indevida vantagem econômica: especial fim de agir....	132
5.	Tipo subjetivo: adequação típica.....	134
6.	Extorsão majorada: coautoria e emprego de armas.....	134
6.1	Se a extorsão é cometida por duas ou mais pessoas	134
6.2	Com emprego de arma	135
6.2.1	Analogia e interpretação analógica: processo integrativo <i>versus</i> processo interpretativo.....	136
6.2.2	Analogia <i>in bonam partem</i>	137
7.	Omissão da Lei n. 9.426/96: majorantes relativas a veículo automotor	139
8.	Extorsão qualificada: lesão grave ou morte.....	139
9.	Roubo e extorsão: semelhanças e dessemelhanças.....	139
9.1	Roubo e extorsão: são crimes da mesma espécie	140
10.	Extorsão mediante restrição de liberdade.....	142
10.1	Extorsão mediante restrição de liberdade qualificada pelo resul- tado.....	144
10.2	A gravidade da semelhança entre roubo e extorsão especial.....	145
10.3	A desproporcional cominação de penas entre roubo e extorsão especial.....	148

10.4 Violação ao princípio da proporcionalidade e inconstitucionalidade das sanções cominadas	150
11. Crimes de extorsão e de constrangimento ilegal: conflito aparente de normas.....	153
12. Consumação e tentativa	153
12.1 Consumação	153
12.2 Tentativa.....	154
13. Classificação doutrinária	155
14. Pena e ação penal.....	155

CAPÍTULO V | EXTORSÃO MEDIANTE SEQUESTRO

1. Considerações preliminares.....	158
2. Bem jurídico tutelado.....	158
3. Sujeitos do crime.....	159
3.1 Sujeito ativo.....	159
3.2 Sujeito passivo	159
4. Tipo objetivo: adequação típica	159
4.1 (Ir)relevância da natureza ou espécie da vantagem visada	160
4.2 Vantagem devida: outra tipificação.....	163
5. Tipo subjetivo: adequação típica	164
6. Extorsão qualificada: <i>modus operandi</i>	164
6.1 Duração do sequestro e idade da vítima	165
6.2 Cometido por bando ou quadrilha	166
7. Extorsão mediante sequestro qualificada pelo resultado: lesão grave ou morte.....	167
7.1 Se resulta lesão corporal de natureza grave.....	168
7.2 Se resulta a morte	168
8. Delação premiada: favor legal antiético.....	169
9. Crime hediondo	174
10. Consumação e tentativa.....	174
11. Classificação doutrinária	175
12. Pena e ação penal.....	175

CAPÍTULO VI | EXTORSÃO INDIRETA

1. Considerações preliminares.....	176
2. Bem jurídico tutelado.....	177
3. Sujeitos do crime.....	177
3.1 Sujeito ativo.....	177
3.2 Sujeito passivo	177
4. Tipo objetivo: adequação típica	178

5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	180
6. Classificação doutrinária.....	180
7. Consumação e tentativa.....	180
8. Pena e ação penal.....	181

CAPÍTULO VII | DA USURPAÇÃO

1ª Seção

Alteração de limites

1. Considerações preliminares.....	182
2. Bem jurídico tutelado.....	183
3. Sujeitos ativo e passivo.....	185
4. Tipo objetivo: adequação típica.....	186
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	188
5.1 Elemento subjetivo especial: para apropriar-se de coisa móvel alheia.....	188
6. Consumação e tentativa.....	189
7. Classificação doutrinária.....	189
8. Pena e ação penal.....	190

CAPÍTULO VIII

2ª Seção

Usurpação de águas

1. Considerações preliminares.....	191
2. Bem jurídico tutelado.....	191
3. Sujeitos ativo e passivo.....	192
4. Tipo objetivo: adequação típica.....	192
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	193
6. Consumação e tentativa.....	194
7. Classificação doutrinária.....	194
8. Pena e ação penal.....	194

CAPÍTULO IX

3ª Seção

Esbulho possessório

1. Considerações preliminares.....	195
2. Bem jurídico tutelado.....	195
3. Sujeitos do crime.....	196
3.1 Sujeito ativo.....	196
3.2 Sujeito passivo.....	196

4. Tipo objetivo: adequação típica	197
4.1 Violência à pessoa ou grave ameaça ou concurso de mais de duas pessoas	197
4.2 Esbulho civil e esbulho penal	198
4.3 Esbulho de imóvel do SFH.....	199
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	199
6. Consumação e tentativa.....	199
7. Usurpação em concurso com violência	200
8. Pena e ação penal.....	201
8.1 Penas cominadas.....	201
8.2 Pena e ação penal	201

CAPÍTULO X | SUPRESSÃO OU ALTERAÇÃO DE MARCA EM ANIMAIS

1. Considerações preliminares.....	202
2. Bem jurídico tutelado.....	203
3. Sujeitos ativo e passivo	203
4. Tipo objetivo: adequação típica	203
4.1 Somente em animais já marcados.....	204
4.2 Concurso com outros crimes	205
4.3 Elementares típico-normativas: “indevidamente” e “alheio”	205
4.4 Significado e limite das locuções “gado” ou “rebanho”.....	205
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	206
6. Consumação e tentativa	207
7. Classificação doutrinária	207
8. Pena e ação penal.....	207

CAPÍTULO XI | DO DANO

1. Considerações preliminares.....	208
2. Bem jurídico tutelado.....	209
3. Sujeitos ativo e passivo	210
4. Tipo objetivo: adequação típica	211
5. Tipo subjetivo: adequação típica	213
6. Dano qualificado	214
6.1 Com violência à pessoa ou grave ameaça.....	215
6.1.1 Dano praticado com violência: concurso material de crimes ou cúmulo material de penas.....	216
6.2 Com emprego de substância inflamável ou explosiva, se o fato não constitui crime mais grave	218
6.3 Contra o patrimônio da União, Estado, Distrito Federal, Município ou de autarquia, fundação pública, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviços públicos....	218

6.4 Por motivo egoístico ou com prejuízo considerável para a vítima ..	219
6.4.1 Por motivo egoístico	220
6.4.2 Com prejuízo considerável.....	220
7. Consumação e tentativa.....	221
8. Classificação doutrinária	221
9. Pena e ação penal.....	222

CAPÍTULO XII | INTRODUÇÃO OU ABANDONO DE ANIMAIS EM PROPRIEDADE ALHEIA

1. Considerações preliminares.....	223
2. Bem jurídico tutelado.....	224
3. Sujeitos ativo e passivo	224
4. Tipo objetivo: adequação típica	225
4.1 Sem consentimento de quem de direito	226
4.2 Ocorrência efetiva de prejuízo	227
4.3 Prejuízo: condição objetiva da punibilidade ou elementar típica	227
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	228
6. Consumação e tentativa.....	228
7. Classificação doutrinária	230
8. Questões especiais.....	230
9. Pena e ação penal.....	231

CAPÍTULO XIII | DANO EM COISA DE VALOR ARTÍSTICO, ARQUEOLÓGICO OU HISTÓRICO

1. Considerações preliminares.....	232
2. Bem jurídico tutelado.....	233
3. Sujeitos ativo e passivo	234
4. Tipo objetivo: adequação típica.....	234
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	236
6. Consumação e tentativa.....	236
7. Classificação doutrinária	236
8. Pena e ação penal.....	237

CAPÍTULO XIV | ALTERAÇÃO DE LOCAL ESPECIALMENTE PROTEGIDO

1. Considerações preliminares.....	238
2. Bem jurídico tutelado.....	239
3. Sujeitos ativo e passivo	239
4. Tipo objetivo: adequação típica	240
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	240
6. Consumação e tentativa.....	241

7. Classificação doutrinária	241
8. Questões especiais.....	241
9. Pena e ação penal.....	241

CAPÍTULO XV | DA APROPRIAÇÃO INDÉBITA

1. Considerações preliminares.....	242
2. Bem jurídico tutelado.....	243
3. Sujeitos do crime.....	244
3.1 Sujeito ativo.....	244
3.2 Sujeito passivo	245
4. Pressuposto da apropriação indébita.....	245
5. Tipo objetivo: adequação típica	246
6. Tipo subjetivo: adequação típica.....	246
7. Consumação e tentativa	248
8. Classificação doutrinária	248
9. Formas majoradas de apropriação indébita	249
9.1 Coisa recebida em depósito necessário.....	249
9.2 Qualidade pessoal do agente: tutor, curador, síndico, liquidatário, inventariante, testamenteiro ou depositário judicial.....	250
9.3 Em razão de ofício, emprego ou profissão	251
10. Apropriação, furto e estelionato	252
11. Compra e venda, depositário infiel e apropriação indébita	252
12. Apropriação indébita e relação mandante-mandatário.....	257
13. Pena e ação penal.....	258
14. Algumas questões especiais	258

CAPÍTULO XVI | APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA

1. Considerações preliminares.....	260
2. Bem jurídico tutelado.....	260
3. Sujeitos ativo e passivo	261
4. Pressuposto de qualquer apropriação indébita	261
5. Tipo objetivo: adequação típica	262
5.1 Prazo e forma legal ou convencional: norma penal em branco....	264
6. Tipo subjetivo: adequação típica.....	264
7. Figuras do <i>caput</i> e do § 1º: distinção	264
8. Deixar de recolher no prazo legal (§ 1º, I).....	264
8.1 Pressuposto: que tenha sido descontado de pagamento efetuado ..	265
8.2 Antiga figura do art. 95, d.....	265
9. Deixar de recolher contribuições devidas (§ 1º, II).....	265
9.1 Despesas contábeis ou custos relativos a produtos e serviços	265

10. Deixar de pagar benefício devido (§ 1º, III).....	265
11. Consumação e tentativa.....	266
12. Classificação doutrinária.....	266
13. Causa extintiva da punibilidade.....	266
13.1 Início da ação fiscal (antes).....	267
13.2 Requisitos para extinção da punibilidade.....	267
13.3 Aplicação do art. 34 da Lei n. 9.249/95.....	267
14. Perdão judicial ou pena de multa.....	268
14.1 Valor de pouca monta: inocuidade.....	268
14.2 Princípio da insignificância: configurado.....	268
14.3 Requisitos necessários ao perdão judicial ou multa.....	269
15. Crimes praticados após a Lei n. 9.983/2000: efeitos práticos.....	269
16. A suspensão da pretensão punitiva do Estado pelo parcelamento de débitos tributários.....	269
16.1. Natureza jurídica da representação fiscal para fins penais.....	271
16.2. Aplicabilidade do princípio da insignificância nos crimes contra a ordem tributária.....	272
17. Pena e ação penal.....	275

CAPÍTULO XV■ | APROPRIAÇÃO DE COISA HAVIDA POR ERRO, CASO FORTUITO OU FORÇA DA NATUREZA

1. Considerações preliminares.....	276
2. Bem jurídico tutelado.....	277
3. Sujeitos ativo e passivo.....	277
4. Tipo objetivo: adequação típica.....	277
5. Apropriação de tesouro.....	278
6. Apropriação de coisa achada.....	279
6.1 Elemento temporal: quinze dias.....	280
7. Tipo subjetivo: adequação típica.....	280
8. Classificação doutrinária.....	281
9. Consumação e tentativa.....	281
10. Minorante do pequeno valor nos crimes de apropriação indébita.....	282
11. Pena e ação penal.....	283

CAPÍTULO XVIII | ESTELIONATO

1. Considerações preliminares.....	286
2. Bem jurídico tutelado.....	286
3. Sujeitos ativo e passivo.....	287
3.1 Criança e enfermo mental: impossibilidade.....	287
4. Fraude civil e fraude penal: ontologicamente iguais.....	288

5. Tipo objetivo: adequação típica	290
5.1 Emprego de artifício, ardid ou qualquer outro meio fraudulento.	290
5.2 Induzimento ou manutenção da vítima em erro	291
5.3 Obtenção de vantagem ilícita em prejuízo alheio: elemento normativo	292
6. Vantagem ilícita: irrelevância da natureza econômica	293
7. Tipo subjetivo: adequação típica	296
8. Classificação doutrinária	297
9. Consumação e tentativa	297
10. Estelionato e falsidade	298
11. Estelionato privilegiado: minorante de aplicação obrigatória	299
12. Figuras especiais de estelionato	299
12.1 Disposição de coisa alheia como própria (I)	299
12.2 Alienação ou oneração fraudulenta de coisa própria (II)	300
12.3 Defraudação de penhor (III)	301
12.4 Fraude na entrega de coisa (IV)	302
12.5 Fraude para o recebimento de indenização ou valor de seguro (V) ..	303
12.6 Fraude no pagamento por meio de cheque (VI)	304
12.6.1 Cheque pós-datado e cheque especial	304
12.6.2 Sujeitos ativo e passivo do crime	305
13. Majorante especial do crime de estelionato	306
14. Do estelionato contra pessoa idosa	306
15. Arrependimento posterior e as Súmulas 246 e 554	309
15.1 Reparação de danos e as Súmulas 246 e 554	310
16. Algumas questões especiais	311
17. Natureza do crime de estelionato previdenciário: permanente ou instantâneo de efeitos permanentes	311
17.1 A suposta natureza binária do estelionato previdenciário	313
18. Pena e ação penal	316
18.1 Alteração da natureza da ação penal do estelionato	316
18.2 Retroatividade relativa da alteração da natureza da ação penal ..	317
19. Transcrição das principais súmulas relativas ao estelionato	319
CAPÍTULO XIX DUPLICATA SIMULADA	
1. Considerações preliminares	321
2. Bem jurídico tutelado	322
3. Sujeitos ativo e passivo	322
4. Tipo objetivo: adequação típica	323
4.1 Falsificação ou adulteração do livro de registro de duplicatas	324

5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	324
6. Consumação e tentativa.....	325
7. Classificação doutrinária	325
8. Pena e ação penal.....	325

CAPÍTULO XX | ABUSO DE INCAPAZES

1. Considerações preliminares.....	326
2. Bem jurídico tutelado.....	327
3. Sujeitos ativo e passivo	327
4. Tipo objetivo: adequação típica.....	327
4.1 Necessidade, paixão ou inexperiência do menor.....	328
4.2 Ato suscetível de produzir efeito jurídico	328
4.3 Natureza do proveito ou vantagem.....	329
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	330
6. Consumação e tentativa.....	330
7. Classificação doutrinária	331
8. Pena e ação penal.....	331

CAPÍTULO XXI | INDUZIMENTO À ESPECULAÇÃO

1. Considerações preliminares.....	332
2. Bem jurídico tutelado.....	333
3. Sujeitos ativo e passivo	333
4. Tipo objetivo: adequação típica.....	334
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	334
6. Consumação e tentativa.....	335
7. Classificação doutrinária	336
8. Pena e ação penal.....	336

CAPÍTULO XXII | FRAUDE NO COMÉRCIO

1. Considerações preliminares.....	337
2. Bem jurídico tutelado.....	338
3. Sujeitos ativo e passivo	338
4. Tipo objetivo: adequação típica.....	338
4.1 Fraude no comércio de metais ou pedras preciosas (§ 1º)	340
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	341
6. Consumação e tentativa.....	341
7. Pena e ação penal.....	341

CAPÍTULO XXIII | OUTRAS FRAUDES

1. Considerações preliminares.....	342
2. Bem jurídico tutelado.....	342

3. Sujeitos ativo e passivo	343
4. Tipo objetivo: adequação típica	343
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	344
6. Consumação e tentativa	344
7. Classificação doutrinária	345
8. Pena e ação penal.....	345

CAPÍTULO XXIV | FRAUDES E ABUSOS NA FUNDAÇÃO OU ADMINISTRAÇÃO DE SOCIEDADE POR AÇÕES

1. Considerações preliminares.....	347
2. Bem jurídico tutelado.....	348
3. Sujeitos ativo e passivo	349
4. Tipo objetivo: adequação típica	349
4.1 Fraude na fundação de sociedade por ações: crime subsidiário ...	350
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	351
6. Consumação e tentativa	352
7. Classificação doutrinária	352
8. Fraude sobre as condições econômicas de sociedade por ações (§ 1º, I)...	353
8.1 Bem jurídico tutelado	353
8.2 Sujeitos ativo e passivo	353
8.3 Tipo objetivo: adequação típica	354
8.4 Consumação e tentativa.....	355
9. Falsa cotação de ações ou título de sociedade (§ 1º, II).....	355
9.1 Sujeitos ativo e passivo	355
9.2 Tipo objetivo: adequação típica	355
9.3 Consumação e tentativa.....	356
10. Empréstimo ou uso indevido de bens ou haveres (§ 1º, III)	356
10.1 Sujeitos ativo e passivo	356
10.2 Tipo objetivo: adequação típica	357
10.3 Consumação e tentativa.....	357
11. Compra e venda de ações da sociedade (§ 1º, IV)	358
11.1 Sujeitos ativo e passivo	358
11.2 Tipo objetivo: adequação típica	358
11.3 Consumação e tentativa.....	360
12. Caução de ações da sociedade (§ 1º, V)	360
12.1 Sujeitos ativo e passivo	360
12.2 Tipo objetivo: adequação típica	360
12.3 Consumação e tentativa.....	360
13. Distribuição de lucros ou dividendos fictícios (§ 1º, VI).....	361

13.1	Sujeitos ativo e passivo	361
13.2	Tipo objetivo: adequação típica	361
13.3	Consumação e tentativa	361
14.	Aprovação fraudulenta de conta ou parecer (§ 1º, VII)	362
14.1	Sujeitos ativo e passivo	362
14.2	Tipo objetivo: adequação típica	362
14.3	Consumação e tentativa	362
15.	Crimes de liquidante (§ 1º, VIII)	363
16.	Crimes do representante da sociedade estrangeira (§ 1º, IX)	363
16.1	Sujeitos ativo e passivo	363
17.	Crime de acionista: negociação de voto (§ 2º)	363
17.1	Sujeitos ativo e passivo	364
17.2	Tipo objetivo: adequação típica	364
18.	Pena e ação penal	364

CAPÍTULO XXV | EMISSÃO IRREGULAR DE CONHECIMENTO DE DEPÓSITO OU WARRANT

1.	Considerações preliminares	365
2.	Bem jurídico tutelado	365
3.	Sujeitos ativo e passivo	366
4.	Conhecimento de depósito e <i>warrant</i>	366
5.	Tipo objetivo: adequação típica	367
5.1	Elemento normativo: em desacordo com disposição legal	367
6.	Tipo subjetivo: adequação típica	368
7.	Consumação e tentativa	368
8.	Pena e ação penal	368

CAPÍTULO XXVI | FRAUDE À EXECUÇÃO

1.	Considerações preliminares	369
2.	Bem jurídico tutelado	370
3.	Sujeitos ativo e passivo	370
4.	Tipo objetivo: adequação típica	370
5.	Tipo subjetivo: adequação típica	372
6.	Consumação e tentativa	372
7.	Pena e ação penal	373

CAPÍTULO XXVII | RECEPÇÃO

1.	Considerações preliminares	375
2.	Bem jurídico tutelado	376
3.	Sujeitos ativo e passivo	377

4. Tipo objetivo: adequação típica: receptação simples	378
4.1 Novas figuras da Lei n. 9.426/96: receptação ou favorecimento	381
4.2 Receptação de receptação: possibilidade	382
5. Significado dogmático das elementares: “sabe” e “deve saber”	383
5.1 Síntese dos postulados fundamentais das teorias do dolo e da culpabilidade	384
5.2 Sentido e função das elementares “sabe” e “deve saber” na definição do crime de receptação	386
6. Consumação e tentativa	389
7. Classificação doutrinária	390
8. Receptação qualificada: tipo autônomo ou derivado	390
8.1 Adequação típica: receptação qualificada	391
8.2 Receptação simples, receptação qualificada e princípio da proporcionalidade	394
8.3 Elemento normativo da receptação qualificada: no exercício de atividade comercial ou industrial	398
9. Tipo subjetivo: adequação típica: dolo direto.....	399
9.1 Elemento subjetivo especial do injusto: em proveito próprio ou alheio.....	401
10.Receptação culposa.....	402
11.Autonomia da receptação: independência relativa	404
12.“Autor de crime”: a culpabilidade não é mero pressuposto da pena	405
13.Perdão judicial (§ 5º, 1ª parte)	408
14.Receptação privilegiada (§ 5º, 2ª parte)	409
15.Receptação majorada (§ 6º).....	410
16.Pena e ação penal.....	411

CAPÍTULO XXVII | RECEPTAÇÃO DE SEMOVENTE DOMESTICÁVEL DE PRODUÇÃO

1. Considerações preliminares.....	412
2. Bem jurídico tutelado e objeto material	414
3. Sujeitos ativo e passivo	415
4. Tipo objetivo: adequação típica	415
4.1 Receptação de receptação: possibilidade limitada	418
5. Tipo subjetivo: adequação típica	418
5.1 Elemento subjetivo especial do injusto: produção ou comercialização de semovente domesticável.....	419
6. Consumação e tentativa	420
7. Classificação doutrinária	420
8. Pena e ação penal.....	421

CAPÍTULO XXIX | DISPOSIÇÕES GERAIS DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

1. Considerações preliminares.....	422
2. Repercussão do Estatuto do Idoso nos crimes patrimoniais	423
3. Imunidade penal absoluta	424
4. Imunidade relativa: condição de procedibilidade	425
5. Exclusão de imunidade ou privilégio.....	426
5.1 Concurso eventual de estranhos: coautoria ou participação.....	426

CAPÍTULO XXX | VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTORAL

1. Considerações preliminares.....	428
2. Bem jurídico tutelado.....	428
3. Sujeitos ativo e passivo	428
4. Tipo objetivo: adequação típica	429
4.1 Inovações da Lei n. 10.695/2003	429
5. Figuras qualificadas: majoração penal	430
5.1 Intuito de lucro é o fundamento da majoração penal.....	431
5.2 Elemento normativo do tipo: sem autorização	431
6. Repressão da ciberpirataria.....	431
7. Tipo subjetivo: adequação típica.....	432
8. Consumação e tentativa.....	432
9. Classificação doutrinária	433
10. Pena e ação penal.....	433
11. Algumas questões especiais.....	433

CAPÍTULO XXXI | USURPAÇÃO DE NOME OU PSEUDÔNIMO ALHEIO

1. Considerações preliminares.....	434
------------------------------------	-----

CAPÍTULO XXXII | AÇÃO PENAL NOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL

1. Considerações preliminares.....	435
2. Natureza da ação penal	435
3. Prazo decadencial: geral ou especial.....	436
4. Prova do direito de ação (art. 526 do CPP): pré-constituída	437

CAPÍTULO XXXIII | ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE TRABALHO

1. Considerações preliminares.....	438
2. Bem jurídico tutelado.....	439
3. Sujeitos ativo e passivo	440
3.1 Pessoa jurídica: impossibilidade	441
4. Tipo objetivo: adequação típica	441

4.1 Formas ou meios de execução: mediante violência ou grave ameaça	442
5. Tipo subjetivo: adequação típica	443
6. Consumação e tentativa	444
7. Concurso com crimes praticados com violência	444
8. Classificação doutrinária	445
9. Pena e ação penal	446

CAPÍTULO XXXIV | ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE CONTRATO DE TRABALHO E BOICOTAGEM VIOLENTA

1. Considerações preliminares	447
2. Bem jurídico tutelado	448
3. Sujeitos ativo e passivo	448
4. Tipo objetivo: adequação típica	448
4.1 Formas ou meios de execução: mediante violência ou grave ameaça	450
5. Tipo subjetivo: adequação típica	450
6. Consumação e tentativa	451
7. Classificação doutrinária	451
8. Concurso de crimes: violência tipificada	451
9. Pena e ação penal	452

CAPÍTULO XXXV | ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO

1. Considerações preliminares	453
2. Bem jurídico tutelado	453
3. Sujeitos ativo e passivo	454
4. Tipo objetivo: adequação típica	454
4.1 Trabalho individual e crime contra a organização do trabalho ...	455
5. Tipo subjetivo: adequação típica	455
6. Consumação e tentativa	455
7. Classificação doutrinária	456
8. Pena e ação penal	456

CAPÍTULO XXXVI | PARALISAÇÃO DE TRABALHO, SEGUIDA DE VIOLÊNCIA OU PERTURBAÇÃO DA ORDEM

1. Considerações preliminares	457
2. Bem jurídico tutelado	458
3. Sujeitos ativo e passivo	458
4. Tipo objetivo: adequação típica	459
4.1 Abandono coletivo e suspensão do trabalho	460
4.2 Violência contra pessoa ou coisa	460
5. Tipo subjetivo: adequação típica	461
6. Consumação e tentativa	461
7. Pena e ação penal	462

CAPÍTULO XXXVII | PARALISAÇÃO DE TRABALHODE INTERESSE COLETIVO

1. Considerações preliminares.....	463
2. Bem jurídico tutelado.....	464
3. Sujeitos ativo e passivo	464
4. Tipo objetivo: adequação típica	465
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	465
5.1 Tipicidade de greve pacífica: excepcionalmente	466
6. Consumação e tentativa.....	466
7. Pena e ação penal.....	466

CAPÍTULO XXXVIII | INVASÃO DE ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL, COMERCIAL OU AGRÍCOLA. SABOTAGEM

1. Considerações preliminares.....	467
2. Bem jurídico tutelado.....	467
3. Sujeitos ativo e passivo	468
4. Tipo objetivo: adequação típica	468
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	469
6. Consumação e tentativa.....	469
7. Pena e ação penal.....	469
8. Questões especiais.....	469

CAPÍTULO XXXIX | FRUSTRAÇÃO DE DIREITO ASSEGURADO POR LEI TRABALHISTA

1. Considerações preliminares.....	470
2. Bem jurídico tutelado.....	471
3. Sujeitos ativo e passivo	471
4. Tipo objetivo: adequação típica	471
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	472
6. Consumação e tentativa.....	472
7. Novos tipos assemelhados	472
8. Penas e ação penal	472
8.1 Sanções cominadas	472
8.2 Natureza da ação penal	473
9. Questões especiais.....	473

CAPÍTULO XL | FRUSTRAÇÃO DE LEI SOBRE A NACIONALIZAÇÃO DO TRABALHO

1. Considerações preliminares.....	474
2. Bem jurídico tutelado.....	475

3. Sujeitos ativo e passivo	475
4. Tipo objetivo: adequação típica	475
4.1 Meios executórios normativos: mediante fraude ou violência	476
5. Tipo subjetivo: adequação típica	476
6. Consumação e tentativa	477
7. Penas e ação penal	477

CAPÍTULO XLI | EXERCÍCIO DE ATIVIDADE COM INFRAÇÃO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA

1. Considerações preliminares	478
2. Bem jurídico tutelado	478
3. Sujeitos ativo e passivo	478
4. Tipo objetivo: adequação típica	479
5. Tipo subjetivo: adequação típica	480
6. Consumação e tentativa	480
7. Pena e ação penal	480

CAPÍTULO XLII | ALICIAMENTO PARA O FIM DE EMIGRAÇÃO

1. Considerações preliminares	481
2. Bem jurídico tutelado	481
3. Sujeitos ativo e passivo	482
4. Tipo objetivo: adequação típica	482
5. Tipo subjetivo: adequação típica	482
6. Consumação e tentativa	483
7. Pena e ação penal	483

CAPÍTULO XLIII | ALICIAMENTO DE TRABALHADORES DE UM LOCAL PARA OUTRO DO TERRITÓRIO NACIONAL

1. Considerações preliminares	484
2. Bem jurídico tutelado	484
3. Sujeitos ativo e passivo	485
4. Tipo objetivo: adequação típica	485
5. Tipo subjetivo: adequação típica	485
6. Consumação e tentativa	486
7. Novo tipo penal (§ 1º)	486
8. Pena e ação penal	486
9. Leis n. 9.099/95 e 9.714/98: “fundamentos” para exasperação penal	486

CAPÍTULO XLIV | ULTRAJE A CULTO E IMPEDIMENTO OU PERTURBAÇÃO DE ATO A ELE RELATIVO

1. Considerações preliminares	488
-------------------------------------	-----

2. Bem jurídico tutelado.....	489
3. Sujeitos ativo e passivo	489
4. Tipo objetivo: adequação típica	490
4.1 Escárnio por motivo de religião	491
4.2 Impedimento ou perturbação de culto religioso	491
4.3 Vilipêndio público de ato ou objeto obsceno	491
5. Tipo subjetivo: adequação típica	492
6. Consumação e tentativa	492
7. Classificação doutrinária	492
8. Majorante especial: com violência	493
9. Pena e ação penal.....	494

CAPÍTULO XLV | IMPEDIMENTO OU PERTURBAÇÃO DE CERIMÔNIA FUNERÁRIA

1. Considerações preliminares.....	495
2. Bem jurídico tutelado.....	495
3. Sujeitos ativo e passivo	496
4. Tipo objetivo: adequação típica	496
5. Tipo subjetivo: adequação típica	497
6. Consumação e tentativa	497
7. Figura majorada	497
8. Pena e ação penal.....	499

CAPÍTULO XLVI | VIOLAÇÃO DE SEPULTURA

1. Considerações preliminares.....	500
2. Bem jurídico tutelado.....	500
3. Sujeitos ativo e passivo	501
4. Tipo objetivo: adequação típica	501
5. Tipo subjetivo: adequação típica	502
6. Consumação e tentativa	502
7. Furto em sepultura: tipificação	502
8. Classificação doutrinária	503
9. Pena e ação penal.....	503

CAPÍTULO XLVII | DESTRUIÇÃO, SUBTRAÇÃO OU OCULTAÇÃO DE CADÁVER

1. Considerações preliminares.....	504
2. Bem jurídico tutelado.....	504
3. Sujeitos ativo e passivo	505
4. Tipo objetivo: adequação típica	505

4.1 Objeto material do crime: cadáver	506
5. Tipo subjetivo: adequação típica	507
6. Consumação e tentativa	507
7. Classificação doutrinária	507
8. Pena e ação penal.....	508
VILIPÊNDIO A CADÁVER.....	509
XLVIII.....	509
1. Considerações preliminares.....	509
2. Bem jurídico tutelado.....	509
3. Sujeitos ativo e passivo	509
4. Tipo objetivo: adequação típica	510
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	510
6. Consumação e tentativa.....	511
7. Classificação doutrinária	511
8. Pena e ação penal.....	511
 <i>Bibliografia</i>	 512